

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Henrique Zmuda

**O DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA MILITAR ALEMÃ E SUA INFLUÊNCIA
NA DOCTRINA MILITAR OCIDENTAL (1806-1918)**

**Resende
2020**

Henrique Zmuda

**O DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA MILITAR ALEMÃ E SUA INFLUÊNCIA
NA DOUTRINA MILITAR OCIDENTAL (1806-1918)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN-RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Orientador: Alexandre Neves Lemos Esteves

Resende
2020

Henrique Zmuda

**O DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA MILITAR ALEMÃ E SUA INFLUÊNCIA
NA DOCTRINA MILITAR OCIDENTAL (1806 – 1918)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN-RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ 2020:

Banca Examinadora:

Alexandre Neves Lemos Esteves, Cel Inf R1
Presidente / Orientador

Marcelo Teixeira Salles, Maj Cav

Guilherme Alberti Bressan, 1º Ten Cav

Resende
2020

Dedico esse trabalho à Maria Ziláh de Souza, que partiu antes de ver o seu neto caçula formado, e que cujas histórias despertaram o interesse pelo estudo do passado. E a Guilherme Zmuda, que, apesar das dificuldades que teve em vida, lutou com a bravura digna de um soldado até o fim. Por fim, dedico esse trabalho a todos que se dedicam ao estudo da História e seus mais variados ramos e tem ciência da sua importância na educação civil e militar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a João Pedro, que guiaram meus passos nos momentos mais difíceis e permitiram o meu ingresso no Exército Brasileiro. À minha mãe, Ane Beatriz, minha melhor amiga e conselheira, exemplo de mulher guerreira que desde pequeno me incentivou a ler e estudar para que eu seguisse uma carreira e vida dignas. Ao meu pai pelo seu exemplo de dedicação e disciplina, ao meu irmão Guilherme, cuja história me relembra a importância de nunca desistir. A minha avó Ziláh, que, apesar de todas as dificuldades, amava os seus netos da melhor maneira que sabia e cujas conversas, histórias e café salvaram a minha adolescência. Aos meus avós que “roubei”, Sebastião e Emília, cujos exemplos de vida e conversas regadas a muito chimarrão me fazem muita falta. A minha dinda, Maria Helena, cujos cuidados me acompanharam desde a infância e por toda a minha formação e que eu jamais poderei retribuir igualmente. À minha tia Leda pela preocupação e ajuda sempre que precisei e por sempre compartilhar comigo o mesmo entusiasmo pela História. Ao meu tio José Roberto por ser o maior exemplo de conduta de um homem na administração doméstica e profissional, sem esquecer da humildade e dos valores cristãos, que me inspiram em também me tornar um farol aos outros em meio às tempestades da vida. Ao meu padrinho, Cláudio, que sempre me ensinou a importância da família e cujos conselhos de vida sempre enriqueceram a construção do meu caráter.

Ao Coronel de Cavalaria Pedro Paulo, cujo sentimento de caridade elevado, transmite suas experiências de vida e conselhos com muita paciência salvaram muitos alunos, que como eu, apresentaram mais dificuldade em vencer as dificuldades da formação militar e espiritual. Aos meus tios também “roubados” Sônia e Douglas que também acompanharam toda a minha trajetória desde a infância e até hoje estão presentes em minha vida. A Míria Moraes Dantas, que apesar de chegar por último na ordem cronológica, teve uma importância fundamental no meu amadurecimento emocional, aceitando compartilhar a sua vida comigo e cuja ajuda foi essencial na construção deste trabalho. Ao Coronel de Infantaria Neves, cuja orientação serena e precisa, embasada em profundos conhecimentos acadêmicos, técnicos e profissionais foram de vital relevância para que eu cometesse a menor quantidade de erros possíveis e que este trabalho pudesse atingir o maior nível possível de qualidade. Ao Capitão de Engenharia Maggi, ao CPOR de Porto Alegre e ao Exército Brasileiro, cujo tempo de serviço dedicado contribuíram muito para a formação do homem que sou hoje. Por fim, a todos os familiares e amigos que, de alguma forma, contribuíram, para que eu chegasse até aqui.

"Kein Plan überlebt die erste Feindberührung."

- Helmuth von Moltke

“Nenhum plano sobrevive ao primeiro contato com o inimigo.”

- Helmuth von Moltke

RESUMO

O DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA MILITAR ALEMÃ E SUA INFLUÊNCIA NA DOUTRINA MILITAR OCIDENTAL (1806 – 1918)

AUTOR: Henrique Zmuda

ORIENTADOR: Alexandre Neves Lemos Esteves

A doutrina militar pode ser definida como um conjunto de elementos que permite o planejamento, gestão e emprego de uma força militar dentro dos interesses da nação a qual pertence. O estudo de doutrinas anteriores serve para desenvolver tomada de consciência, domínio de situações inesperadas, e para entender a adoção de tais condutas, mediante determinada diretriz. Elucida através da História, os motivos pelos quais é preferível seguir uma mentalidade militar em detrimento de outra. Nesse sentido, o presente trabalho traz como referência a Alemanha e o seu estereótipo de nação da eficiência, da disciplina, do rigoroso cumprimento de regras e da competência, com o objetivo de analisar o desenvolvimento da doutrina militar alemã no período histórico compreendido entre os anos 1806 a 1918, buscando identificar as principais adaptações e mudanças sofridas pela doutrina e seus reflexos implicações na doutrina militar ocidental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e cunho exploratório, realizada a partir de livros, manuais e cadernos de instrução oriundos de instituições militares, e em artigos científicos dos indexadores Google Acadêmico e SciELO. O presente trabalho demonstrou que através da comparação entre doutrinas militares anteriores, observando seus erros e acertos, torna-se mais seguro realizar um planejamento de uma força militar. Permitindo, a partir de então, levantar oportunidades de melhoria e atualizações doutrinárias, e por fim, melhorando o planejamento, administração e condução da força terrestre na defesa dos interesses nacionais.

Palavras-chave: Doutrina Militar; Alemanha, História Militar; Ocidental.

ABSTRACT

THE DEVELOPMENT OF THE GERMAN MILITARY DOCTRINE AND ITS INFLUENCE ON THE WESTERN MILITARY DOCTRINE (1806 - 1918)

AUTHOR: Henrique Zmuda
ADVISOR: Alexandre Neves Lemos Esteves

Military doctrine can be defined as a set of elements that allows the planning, management and use of a military force within the interests of the nation to which it belongs. The study of previous doctrines serves to develop awareness, control unexpected situations, and to understand the adoption of such behaviors, by means of a specific guideline. It elucidates through history, the reasons why it is preferable to follow a military mentality over another. In this sense, the present work refers to Germany and its stereotype as a nation of efficiency, discipline, strict compliance with rules and competence, with the aim of analyzing the development of German military doctrine in the historical period between the years 1806 to 1918, seeking to identify the main adaptations and changes undergone by the doctrine and its reflex implications on Western military doctrine. This is a bibliographic research, with a qualitative approach and exploratory nature, carried out from books, manuals and instruction books from military institutions, and in scientific articles from the Google Scholar and SciELO indexers. The present work demonstrated that through the comparison between previous military doctrines, observing their mistakes and successes, it becomes safer to carry out a planning of a military force. Allowing, from then on, to raise opportunities for improvement and doctrinal updates, and finally, improving the planning, administration and conduct of the land force in the defense of national interests.

Keywords: Military Doctrine; Germany, Military History; Western.

ABSTRAKT

DIE ENTWICKLUNG DER DEUTSCHEN MILITÄRDOKTRINE UND IHR EINFLUSS AUF DIE WESTLICHE MILITÄRDOKTRINE (1806 - 1918)

AUTOR: Henrique Zmuda

ORIENTADOR: Alexandre Neves Lemos Esteves

Militärdoktrin kann als eine Reihe von Elementen definiert werden, die die Planung, Verwaltung und den Einsatz einer Streitmacht im Interesse der Nation ermöglichen, zu der sie gehört. Das Studium früherer Lehren dient dazu, das Bewusstsein zu entwickeln, unerwartete Situationen zu kontrollieren und die Übernahme solcher Verhaltensweisen anhand einer spezifischen Richtlinie zu verstehen. Es erklärt durch die Geschichte, warum es vorzuziehen ist, einer militärischen Mentalität gegenüber einer anderen zu folgen. In diesem Sinne bezieht sich die vorliegende Arbeit auf Deutschland und sein Stereotyp als eine Nation der Effizienz, Disziplin, strikten Einhaltung von Regeln und Kompetenzen mit dem Ziel, die Entwicklung der deutschen Militärdoktrin in der historischen Zeit zwischen 1806 und 1918 zu analysieren. Suche nach den wichtigsten Anpassungen und Veränderungen, die die Doktrin vorgenommen hat, und ihren Auswirkungen auf die westliche Militärdoktrin. Dies ist eine bibliografische Forschung mit qualitativem Ansatz und explorativem Charakter, die aus Büchern, Handbüchern und Lehrbüchern von Militärinstitutionen sowie aus wissenschaftlichen Artikeln der Indexer von Google Scholar und SciELO durchgeführt wird. Die vorliegende Arbeit hat gezeigt, dass es durch den Vergleich früherer Militärdoktrinen unter Berücksichtigung ihrer Fehler und Erfolge sicherer wird, eine Planung einer Streitmacht durchzuführen. Von da an können Verbesserungsmöglichkeiten und Aktualisierungen der Doktrin eröffnet und schließlich die Planung, Verwaltung und das Verhalten der Landstreitkräfte zur Verteidigung der nationalen Interessen verbessert werden.

Schlüsselwörter: Militärdoktrin; Deutschland, Militärgeschichte; Western.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Poder Nacional.....	19
Figura 2 – A Europa Napoleônica.....	35
Figura 3 – A Batalha de Königrätz.....	41
Figura 4 – A Batalha de Königrätz.....	42
Figura 5 – A Batalha de Königrätz.....	43
Figura 6 – A Guerra Austro-Prussiana.....	44
Figura 7 – Frente Ocidental e movimento das tropas durante a Guerra Franco-Prussiana.....	48
Figura 8 – A Batalha de Sedan.....	50
Figura 9 – Napoleão III e Otto von Bismarck após a Batalha de Sedan.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS

1 AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
2 DECE _x	Departamento de Cultura e Educação do Exército
3 EB	Exército Brasileiro
4 REDE BIE	Rede de Bibliotecas Integradas do Exército

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	09
LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivos geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
2 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	15
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	15
2.2 MÉTODOS.....	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4.1 DOCTRINA MILITAR.....	17
4.1.1 O Pensamento militar criador.....	17
4.1.2 As expressões do poder nacional.....	18
4.1.3 Fundamentos dos princípios de guerra.....	19
4.1.4 Níveis de planejamento.....	20
4.2 A DOCTRINA MILITAR ALEMÃ: PRINCIPAIS PENSADORES.....	20
4.2.1 Karl Phillip Gottfried von Clausewitz.....	21
4.2.2 Helmuth Karl Bernard von Moltke.....	24
4.3 O DESENVOLVIMENTO MILITAR ALEMÃO: CONTEXTO HISTÓRICO.....	29
4.3.1 O Período Napoleônico (1806 – 1815).....	30
4.3.2 O “Pré-Março” (1815 – 1848).....	36
4.3.3 A Guerra Austro-Prussiana (1866 – 1867)	40
4.3.4 A Guerra Franco-Prussiana (1870 – 1871).....	45
4.3.5 O Império Alemão e a 1ª Guerra Mundial (1871 – 1918)	51
4.4 A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA MILITAR ALEMÃ NA DOCTRINA MILITAR OCIDENTAL.....	55
4.4.1 França.....	56
4.4.2 Grã-Bretanha.....	58
4.4.3 Império Russo.....	59
4.4.4 1ª Guerra Mundial.....	60
4.4.5 Brasil.....	62
5 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Em 1932, ao responder à carta de Albert Einstein, intitulada *Por que a Guerra?*, Sigmund Freud afirma, ainda que com ressalvas, que esta é capaz de promover longos períodos de “paz”, na medida em que um país vitorioso, e conseqüentemente poderoso, impediria o surgimento de novos conflitos (VENTURA e SEITENFUS, 2005, p.35).

O pensamento teórico militar de Clausewitz, por sua vez, oferece a compreensão sobre o caráter estratégico da guerra, destacando a necessidade de observá-la através de um prisma dinâmico e atento às suas mudanças e formas ao longo do tempo e em diferentes nações (FEREZIN, 2013). Desse modo, pode-se afirmar que guerra é inerente à história e a natureza humanas, sendo um agente em constante mutação e evolução e diretamente influenciado pelo contexto geográfico em que está inserido. No percurso desse desenvolvimento, encontra-se uma das mais importantes características formadoras do poder militar de um país: a doutrina militar.

Pode-se falar sucintamente e de forma inicial, que a doutrina militar é o conjunto de elementos que permitem o planejamento, gestão e emprego de uma força militar dentro dos interesses da nação a qual pertence (AMAN, 1979). A doutrina militar de uma força terrestre está intrinsecamente ligada à situação econômica e política, sendo composta e dependente desses dois fatores, estes por sua vez, são pré-requisitos para a garantia da soberania e poder de dissuasão e decisão em grandes entrechoques políticos e militares. Um exemplo disso, é o preparo e o equipamento de um exército, aspectos que demandam recursos nacionais e fundamentam os argumentos presentes em documentos e no campo de batalha.

Nessa perspectiva temática, ao trazer como referência a Alemanha, vem à memória o estereótipo da eficiência, da disciplina, do rigoroso cumprimento de regras, da competência e da seriedade social e profissional. Os estereótipos mencionados provêm da cultura germânica e de seu papel ao longo da história, geralmente, como uma das protagonistas, na paz e, principalmente, na guerra. Tais representações estão diretamente relacionadas aos seus preceitos e doutrina militar. Essa cultura ambivalente, entretanto, não foi criada de forma repentina, mas, em um longo processo, repleto de diversos fatores, que culminaram na união do povo que hoje conhecemos como alemães.

Analisando desde 1806, data do início da invasão francesa sob o comando de Napoleão até o desfecho da Grande Guerra, período diretamente interligado aos conflitos ocorridos na primeira metade do século XX, a Alemanha ressurgiu das cinzas e soube reinventar-se de forma a retornar ao cenário político e militar como potência e mudar os rumos e forma de combater,

destacando a resiliência como forte atributo afetivo coletivo alemão e servindo de ensinamento e inspiração para as demais nações europeias (CARRIAS, 1950; KITCHEN, 2013). A doutrina militar alemã faz parte da rica história da Alemanha, tendo influenciado diretamente na construção da sua cultura. Sua doutrina remonta à época do período anterior à unificação, com a ascensão de um de seus estados que a compôs: a Prússia, Estado predominante no período abordado.

Apesar de os historiadores (DIRLMEIER, 2018 e FULBROOK, 2018) considerarem o prelúdio germânico sendo a criação do Sacro Império Romano-Germânico, ainda no período medieval, e a imagem clássica do espírito militar alemão estar relacionado com o período absolutista sob o reinado de Frederico II na Idade Moderna, este trabalho concentra-se no período em que é forjada a união sob uma única bandeira e uma única doutrina militar geral alimentada por forte sentimento de nacionalismo, tema hoje controverso e sensível no seio da sociedade alemã, devido à deturpação deste durante o período do nazifascismo.

Portanto, no estudo sobre o conflito de interesses entre sociedades, Estados e nações, a Alemanha, e mais especificamente a sua doutrina militar, não poderá ser excluída desse denominador comum no processo de formação e manutenção de um país. Dessa forma, sua doutrina militar será tomada como objeto de estudo desta pesquisa, no empreendimento científico que visa analisar pela via histórica, como a doutrina militar alemã influenciou e trouxe novas implicações à doutrina militar ocidental. Neste trabalho, será dado destaque aos conflitos ocorridos na Europa e suas influências no continente, e as possíveis reverberações no continente americano, o então mundo ocidental da época.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o estudo de doutrinas anteriores, a para salientar a importância desses estudos na composição e formação de novas doutrinas.

A fim de aprofundar a discussão sobre a doutrina militar alemã, seu desenvolvimento e principais mudanças e adaptações ao longo do XIX e início do século XX, bem como suas reverberações no mundo ocidental, este trabalho se organizou a partir de cinco capítulos:

O primeiro capítulo é constituído por esta introdução onde são apresentados o objeto de estudo, a delimitação e contextualização temática, o problema de pesquisa e seus antecedentes, a relevância e a justificativa do trabalho, finalizando com os objetivos geral e específicos. No segundo capítulo, são destacados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, do tipo aos recursos utilizados a fim de alcançar os objetivos propostos. O terceiro capítulo oferece entendimento sobre os principais aportes teóricos que embasaram a presente pesquisa e dão sentido epistemológico para a análise e discussão dos resultados.

O quarto capítulo apresenta quatro seções onde foi possível dissertar sobre o tema a partir de seu caráter histórico e retrospectivo. Buscou-se ressaltar os princípios básicos que regem e originam a doutrina de uma força militar, a importância filosófica do pensamento militar criador na formação de doutrinas militares, assim como os níveis de planejamento por elas adotadas. Também se discutiu o pensamento de dois dos grandes teóricos da estratégia de guerra, do século XIX, e suas elaborações acerca do potencial instrumental desta na definição de uma nação poderosa tanto em termos políticos como militar, buscando elucidar a base formadora da doutrina militar alemã. Neste capítulo, destacou-se, através de importantes conflitos do período, como as influências trazidas pelo contexto iluminista refletiram no desenvolvimento militar alemão, e como as mudanças proporcionadas pela construção dessa doutrina reverberaram na formação da doutrina militar ocidental, e composição de seus exércitos.

Por fim, o capítulo cinco situa a conclusão do presente trabalho onde são apresentadas as principais reflexões e constatações dos autores sobre a problemática discutida, bem como as limitações e as novas possibilidades de pesquisa sobre o tema escolhido, que se mostrou tão caro e relevante para a história e o pensamento militar atual.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o desenvolvimento da doutrina militar alemã no período histórico compreendido entre os anos 1806 e 1918 e seus reflexos na doutrina militar ocidental.

1.1.2 Objetivos específicos

- i. Verificar o desenvolvimento da doutrina militar alemã e as consequências de suas mudanças ao longo dos conflitos do século XIX;
- ii. Identificar como a doutrina militar da Alemanha adaptou-se às mudanças tecnológicas, do nível político ao tático, do século XIX ao início do século XX, mantendo-se como uma referência doutrinária aos exércitos ocidentais;
- iii. Investigar como a doutrina militar alemã se difundiu e influenciou a doutrina militar dos exércitos ocidentais até o início do século XX.

2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

2.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, sobre publicações científicas na área da História Militar que abordam, particularmente, o tema “doutrina militar alemã”. Compreende-se como pesquisa bibliográfica uma das etapas da investigação científica que busca, de forma minuciosa e atenta, levar pesquisadores ao encontro da informação desejada (PIZZANI et al, 2012). Cabe ressaltar que a pesquisa bibliográfica se constitui a partir de diferentes tipos: sistemática, integrativa e narrativa. Neste trabalho, optou-se pela revisão narrativa, que pode ser definida por Rother (2007) como uma pesquisa que utiliza fontes amplas e critérios de delimitação de busca não-especificados.

A pesquisa de cunho histórico oferece uma observação do caminho percorrido pela civilização, provocando a inquietação sobre as condutas, princípios e tradições do ser humano (NOVAIS, 1990). Nesse sentido, esta pesquisa também se enquadra em uma perspectiva metodológica histórica, particularmente situada no campo da produção epistemológica das Ciências Militares sobre o desenvolvimento doutrinário militar.

2.2 MÉTODOS

Com o objetivo de compreender o tema e seu caráter histórico a partir de principais discussões, documentos e pesquisas, a revisão bibliográfica realizada neste trabalho se organizou através de duas etapas:

A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico na Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE), localizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Para fins de uma análise bibliográfica robusta e reflexiva, foram escritos fichamentos sobre cada livro, orientados pela pergunta da pesquisa e seus objetivos. Essa fase compreendeu a leitura sistemática do material selecionado, buscando integrar e analisar as informações encontradas, a fim de sintetizar e responder às perguntas levantadas pelos objetivos específicos. Entre as principais estão, a organização e emprego; a conjuntura política e social da Alemanha nos períodos estudados; os relatos históricos de historiadores e militares; a evolução tecnológica do material bélico empregado; e a adaptação da doutrina militar às diversas variáveis do combate (tática, tecnologia, psicossocial, etc.).

Na segunda, escolhida com o intuito de oferecer uma articulação entre os achados teóricos dos livros e manuais da Rede BIE, realizou-se uma busca nos indexadores para

periódicos científicos Google Acadêmico e SciELO. Os termos de busca empregados durante a pesquisa foram “Doutrina Militar” and “Alemanha” and “História Militar” and “Occidental” and “Moltke” and “Clausewitz”. A partir dos termos mencionados, a busca indicou aproximadamente 77 resultados. De acordo com a leitura dos títulos encontrados, foram estabelecidos critérios de exclusão que pudessem selecionar apenas trabalhos diretamente relacionados ao tema desta pesquisa. Os critérios de exclusão foram: -educação -pedagogia -urbanismo -imprensa -direito. O sinal indicativo de subtração é um dos recursos de pesquisa do indexador Google Acadêmico, utilizado para fins de exclusão de temas não relacionados. Ao utilizá-lo, a busca resgatou 13 resultados, que foram analisados através de seus resumos a fim de observar a temática discutida. Destes, apenas 2 se relacionavam com a temática. Destaca-se que a busca no indexador SciELO, utilizando-se os mesmos termos, não apresentou resultados de artigos científicos que dialogassem com o tema de pesquisa.

Por fim, realizou-se o cruzamento das informações encontradas nas obras e produções acadêmicas, construindo um diálogo sobre as perspectivas históricas e filosóficas dos referenciais teóricos acerca do desenvolvimento da doutrina militar, e alemã, e as consequências e influências da última em cada período histórico, constituindo assim, a redação do presente trabalho.

Nesta pesquisa, o instrumento de pesquisa empregado foi a coleta bibliográfica a partir de livros, manuais, cadernos de instrução e artigos científicos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho foi elaborado a partir da leitura analítica e profunda das principais obras que discutem sobre o pensamento militar alemão, e a construção de sua doutrina. Decidiu-se pela construção de um capítulo dedicado a definir como se estabelece uma doutrina militar, a partir do conceito-chave “pensamento militar criador”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. DOCTRINA MILITAR

De forma a iniciar a compreensão do conceito de doutrina militar, recorreremos ao conceito definido pelo Manual de Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro:

As doutrinas militares compreendem o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização,

preparo e emprego das Forças Armadas. Dentro dessa visão, as doutrinas militares englobam a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares (BRASIL, 2014, p.1-1).

A composição dos elementos formadores da doutrina militar é fundamental para que uma força militar seja organizada, equipada, instruída, empregada e com suas forças morais desenvolvidas. As doutrinas militares estruturam-se a partir de duas áreas que englobam cinco campos: a Ciência da Guerra, composta por organização, equipamento, instrução e forças morais; e a Arte da Guerra, composta pelo emprego. No entanto, deve-se atentar para os detalhes pertinentes a cada escalão de comando, como é exposto pelo livro de História da Doutrina Militar da AMAN.

Importa ressaltar que cada escalão de comando em estudo, como Pelotão, Batalhão ou Corpo de Exército, tem particularidades próprias ao nível considerado, logo, não há como analisar a organização ou o emprego de um pelotão da mesma forma que o de uma brigada, por exemplo (AMAN, 1979).

Cada parâmetro de análise entre os diferentes escalões auxiliam no estudo pormenorizado de uma doutrina, suas vantagens e fraquezas. O campo que mais se destaca nesse estudo é o emprego, que diz respeito às ações e resultados destas no campo de batalha.

4.1.1 Pensamento Militar Criador

Cada doutrina é baseada em uma iniciativa, um motivo ou força motriz, que em seus bastidores provocam e originam a sua construção. No caso de uma doutrina militar, a sua constante reinvenção através do tempo se deve ao pensamento militar criador, que pode ser definido da seguinte forma:

Espírito que deve dominar todos os integrantes de uma força. Pensar para rejeitar, modificar, inovar e progredir. Capacidade de criticar sadiamente ideias previamente aceitas, visando a rejeitá-las, ou modificá-las. Se contrapõe a ideia derrotista de que nada se cria tudo se copia (AMAN, 1979).

A partir do exposto, pode-se inferir que a partir do pensamento militar criador, foram gerados os conceitos de qualquer doutrina militar. As inovações na área militar foram inseridas em momentos decisivos por ideias de comandantes ou teóricos militares que revolucionaram a forma de se combater em um determinado período histórico. Através desse pensamento, foi

possível a discussão das ideias consideradas obsoletas em uma determinada doutrina, manter ou refutar os conceitos em análise, e considerar as reformas necessárias para atingir a vitória.

Significa dizer que o sucesso conquistado no campo de batalha teve como causa primordial o pensamento militar criador. Tal processo evolutivo provou a necessidade de uma constante atualização de doutrinas pois, da mesma forma que os meios de produção, as tecnologias e as sociedades evoluem, atendendo a demanda das necessidades políticas e econômicas das nações a que pertencem, o mesmo ocorre com a forma de se gerir e empregar uma força armada (BRASIL, 2014).

De forma a organizar e padronizar os conhecimentos derivados do pensamento militar criador, surgem as doutrinas que objetivam tornar eficiente a administração e o emprego de uma força armada. Nesse sentido, a partir de uma doutrina torna-se possível o planejamento em diferentes níveis, a emissão de diretrizes de comando, a formulação de planos de instrução e formação de novos militares e o adestramento com novos meios de tecnologia e armamentos (AMAN, 1979).

Pode-se dizer que a doutrina militar é um edifício composto pelo pensamento militar criador, que por sua vez, é os tijolos. Os pensadores e teóricos, através do conhecimento e estudo, aplicam a argamassa que agrega a estrutura e a torna firme e coesa.

4.1.2. As Expressões do Poder Nacional

Para compor a comunidade internacional, relacionar-se com outras nações e defender seus interesses, é imprescindível que determinada nação tenha a capacidade de expressar e projetar seu poder militar. Compreendendo a amplitude e subjetividade do conceito de poder, usa-se a definição de poder militar constante no Manual de Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro:

O Poder Militar é a Expressão do Poder Nacional constituída de meios predominantemente militares de que dispõe a nação para, sob a direção do Estado, promover, pela dissuasão ou pelo emprego gradual e controlado da força, a conquista dos objetivos nacionais. (BRASIL. 2014, p.3-1)

O poder militar, então, pode manifestar-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica. A partir disso surgem as projeções do poder nacional, expressados pelos poderes militares de suas forças armadas (BRASIL. 2014).

Estando o poder militar da força terrestre de uma nação coerente com a definição supracitada, é possível inferir que tal força terá um papel determinante no desenvolvimento da nação e no estabelecimento de suas relações internacionais.

Figura 1- Poder Nacional



Fonte: Brasil (2014 p.3-1)

Utiliza-se o esquema da figura acima onde o Brasil é utilizado como base para provocar o diálogo sobre o Estado abordado nesta pesquisa. A Alemanha, e seus estados componentes antes de sua unificação, estiveram, ao longo do século XIX, em ciclos periódicos de desenvolvimento, seguidos de crises principalmente nas expressões política, econômica e psicossocial. Crises evidentemente sinérgicas à expressão militar e sua projeção de poder, sobretudo, a expressão da força terrestre.

4.1.3. Fundamentos dos Princípios de Guerra

A herança das continuadas mudanças nas doutrinas são denominadas princípios de guerra, e podem ser descritos como:

São os preceitos filosóficos decorrentes de estudos de campanhas militares ao longo da história e apresentam variações no espaço e no tempo, sendo também pontos de referência que orientam e subsidiam os chefes militares no planejamento e na condução da guerra sem, no entanto, condicionar suas decisões (BRASIL, 2014, p. 5-1).

A estratégia militar pode ser definida, inicialmente, como a ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o poder militar durante os conflitos. Quando os interesses nacionais são confrontados e há a necessidade de conduzir operações militares para garanti-los, os preceitos militares acima citados auxiliam a delinear a estratégia adotada para melhor conduzi-

las (BRASIL. 2014). Ao se alinhar a estratégia aos interesses nacionais, retoma-se conceitos colocados em discussão por Clausewitz em sua obra, abordado nesta pesquisa.

4.1.4. Níveis de Planejamento

No Manual Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro, Brasil (2014, p. 5-6, 2014), tem-se que:

São níveis que hierarquizam e organizam o planejamento nos diversos escalões da Força Terrestre. São quatro, a saber: Político, representado pelo posto máximo da nação ou força armada (comandante, monarca, presidente, etc); Estratégico, de responsabilidade de um Estado-Maior; Operacional, de responsabilidade dos Comandos Operacionais ativados; e Tático, de responsabilidade das Forças Componentes.

Esta definição auxilia o entendimento da forma como são divididas as responsabilidades e funções de cada comandante no escalão considerado. Uma doutrina militar permeia todos esses escalões, mas é de suma importância para os dois mais altos, que a utilizam para emitir as suas diretrizes de comando, preparo e emprego. A estrutura adotada pelo exército prussiano e, posteriormente adotada pelo exército imperial alemão, por exemplo, se aplicam de forma completamente similar a esta, e será mais aprofundada no capítulo seguinte referente à abordagem de Moltke.

4.2. A DOCTRINA MILITAR ALEMÃ: PRINCIPAIS PENSADORES

A partir dos conhecimentos abordados sobre teóricos e pensadores militares motivados pelo pensamento militar criador e pelo objetivo de desenvolver e aprimorar os conceitos de combate de seu tempo, na construção ou reformação da doutrina militar alemã, abordar-se-ão os dois principais pensadores militares do período histórico e da nação considerados: Karl Phillip Gottlieb von Clausewitz e Helmuth Karl Bernard von Moltke.

A escolha desses teóricos deve-se ao fato de seus conceitos terem influenciado diretamente o contexto dos conflitos de seu tempo, nos diferentes níveis de planejamento e, por sua relevância e aplicabilidade, possibilitarem ter transcendido a ele, reverberando nas décadas e séculos seguintes. O primeiro foi importante na primeira metade do período, nos ensaios e operações que libertaram os alemães do jugo napoleônico e deram suporte a fundamentação do exército prussiano; o segundo foi fundamental para o aprimoramento dessas bases e

possibilitaram a transformação da Prússia em uma nação emergente no continente europeu e, posteriormente elevaram os estados germânicos a um só império.

4.2.1 Karl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780 – 1831)

Com o objetivo de contextualizar e situar Karl von Clausewitz no tempo e espaço, observando que os conceitos por ele abordado em sua obra não são frutos de simples invenção e sem antecedentes que respaldam a sua teoria, também serão discutidas experiências e influências de outros teóricos em sua obra. Inicia-se a abordagem com um breve histórico de sua formação.

Clausewitz na cidade de Burg, hoje Alemanha, no ano de 1780. Começou sua carreira em um regimento de infantaria aos 20 anos de idade e participou das campanhas da primeira coalizão contra as forças napoleônicas. Em 1801 inicia seus estudos no Instituto para Jovens Oficiais em Berlim, instituição reformada por Scharnhorst, proeminente pensador militar do período. Este encontrou Clausewitz e o apadrinhou durante a sua formação, sendo uma grande influência na carreira que percorreria e nas ideias que redigiria sobre teoria militar. Scharnhorst era impregnado de conceitos da escola Iluminista aos assuntos militares, enfatizando a importância e necessidade em estudar a teoria da guerra, influenciou diretamente a evolução da educação militar na então Prússia. Para Scharnhorst, sistematizar e conceituar os fatores da Guerra torna possível o seu tratamento intelectual, a teoria militar proveria os “conceitos corretos” (*richtige Berufe*), baseados na experiência. Através de Scharnhorst, Clausewitz participa do quadro do Departamento de Guerra, embrião do novo Ministério da Guerra, onde conhece Gneisenau, grande aliado do primeiro. Como diretor do departamento, Scharnhorst conduz reformas militares, as quais foram levadas a efeito por oficiais mais modernos como o próprio Clausewitz (GAT, 1989).

As ideias herdadas por Scharnhorst dos teóricos militares do período iluminista, além do fato de ele praticamente “apadrinhar” a formação e parte da carreira de Clausewitz contribuiu para que este sentisse a necessidade de abarcar todos os assuntos relacionados a guerra em uma teoria única, como continua Gat (1989).

No posto de major, Clausewitz ascende ao Estado-Maior Geral, acumulando os cargos de instrutor na Academia de Oficiais e instrutor militar do príncipe da Prússia. O tempo que passara no magistério o incentivou a formular uma teoria que abrangesse toda a teoria da guerra, motivado pelo desejo de libertação da Prússia do domínio francês, fato que o levou a servir no exército russo na condição de exilado, podendo retornar ao serviço da Prússia após a derrota final de Napoleão em 1815. Assume o comando da Academia Militar de Berlim no posto de

General, onde começa a reformular a sua teoria, contra os conceitos iluministas que o tinham influenciado até então que culminou na sua mais conhecida obra “Da Guerra”, pregando que a condução das operações é o assunto da teoria militar ao mesmo tempo que não há possibilidade para que uma regra absoluta exista para a condução das mesmas (GAT, 1989).

A influência de Scharnhorst seria claramente observada nos primeiros ensaios de Clausewitz sobre a teoria da guerra, fato que Lacerda (2015) confirma ao dissertar sobre o início da carreira do teórico.

A formação de Clausewitz e grande parte de sua concepção de teoria militar inicial foi herança da influência de Scharnhorst, claramente orientado ao pensamento da escola militar iluminista, ideologia comum a grande parte dos teóricos militares do período das Guerras Napoleônicas. Quanto ao objetivo principal da guerra, Clausewitz indicava que este deve ser condicionado de uma perspectiva política, levando em consideração todos os interesses de uma nação. Portanto, se objetivos políticos não puderem ser atendidas por meio de guerras, há um “erro de análise política”. Nesse sentido, a política é orientadora do curso das ações permitindo que os principais objetivos da guerra sejam alcançados. Assim, a guerra transforma-se em uma política prática, que combate em vez de burocratizar (LACERDA, 2015).

Lacerda (2015) aborda um dos pontos mais marcantes do pensamento de Clausewitz, que é a relação da guerra com a política e a sua inseparável relação, fato que seria questionado mais tarde por um dos seus discípulos, Moltke.

A estratégia é então subordinada aos objetivos políticos, que, por sua vez, devem se adequar ao contexto dos recursos que a sua força armada possui. Para Clausewitz, o chefe de estado ou comandante deve estar ciente da natureza da guerra em que estará inserido, para que não tenha uma interpretação equivocada, demandando resultados incoerentes com a realidade. É preciso levar em conta as relações políticas externas e as consequências que um conflito armado teria sobre os países e suas relações internacionais. A relação de guerra e política, na visão de Clausewitz, é amplamente conhecida no universo militar como “a guerra sendo a continuação da política por outros meios”, entretanto ao internalizar o conceito, um chefe militar deve compreender que se trata de uma condição mais abrangente que a simples condução de uma força armada. (LACERDA, 2015).

O fato de a política e a guerra coincidirem para as decisões de um estadista ou comandante militar, tornam-se difusas as imagens do chefe militar e do líder político. Napoleão I acabara acumulando as duas funções, o que influencia Clausewitz a concluir que, por consequência, militares passam a agir diretamente na política de seus Estados e vice-versa.

Ao observar que os meios, setores e possibilidades de Estados inteiros estarem sendo paulatinamente absorvidos pelos esforços de guerra, Clausewitz começa a visualizar o conceito de uma “guerra total”, o que o leva a concluir que a nova natureza de guerra deve orientar as operações com premência de tempo, até exaurir as forças do inimigo. Comparando com a vida em sociedade, Clausewitz transforma a guerra em um duelo entre pessoas com interesses distintos, resolvido por meio da violência com o objetivo impor a vontade do vencedor ao vencido (LACERDA, 2015).

Para os padrões da época, a magnitude atingida pelos conflitos durante o período napoleônico foi sem precedentes. Impondo mudanças no cotidiando da sociedade e na economia, comprometendo significativamente esses setores para a manutenção do poder de combate da nação o que originou o conceito de “guerra total” defendido por Clausewitz.. Entretanto, devido ao efetivo de contingentes e materiais utilizados pelas forças em combate variar, as percepções de “totalidade” dos conflitos também variam. A dificuldade de distinguir o grau de totalidade de uma guerra afetou também a Clausewitz, que identificou uma categoria de embates em que é impossível a completa aniquilação do inimigo pela desigualdade das forças beligerantes, estando o combate real diferente do preconizado na teoria. Para justificar a insustentabilidade de um conflito até a completa aniquilação da força oponente se consideram os custos e a improbabilidade da vitória, além do fato de que a condução das operações deve ter em vista os objetivos políticos e não fruto de paixões (GATES, 2001).

Embora em um primeiro momento Clausewitz tenha classificado a guerra em um novo nível e defendido que o desfecho da mesma fosse também extremo na teoria, ele foi obrigado a considerar que algumas áreas não foram diretamente afetadas pelos conflitos na prática, como, por exemplo, alguns setores da economia. Da mesma forma ocorreu com o resultado final, diferentemente do que ele preconizava na teoria, a situação das forças beligerantes com o cessar das hostilidades ao fim de uma guerra divergia na prática.

Prevendo a escalada do caráter envolvente dos conflitos da época, Clausewitz acreditava que as guerras futuras se aproximariam mais desse modelo totalizante em que seria levado a efeito a aniquilação de uma nação vencida por outra. Neste contexto, era primordial o estudo das possibilidades dos inimigos e sua situação na comunidade internacional, como também a situação da própria nação com relação a esses assuntos. Seguindo este raciocínio, Clausewitz acreditava que essas guerras teriam fim com batalhas determinantes, de forma que tais constituem a finalidade da guerra e, de modo a não restar possibilidade de um possível ressurgimento de uma força inimiga (LACERDA, 2015).

Clausewitz não criou nenhum sistema de estratégia. O que ele deixou foi uma diretriz de pensamento para o espírito prussiano, responsável pelas vitórias da Prússia nas guerras de 1866 e 1870. Depois destas, Clausewitz tornou-se ídolo do exército alemão sendo alguns de seus conceitos empregados pelos germânicos durante as 1ª e 2ª guerras mundiais (AMAN, 1979, p. 91).

Os reflexos de seus ideais de teoria militar não foram compreendidos nem postos em prática no período em que formulou essas conjecturas, ou seja, no período da hegemonia napoleônica, mas sim em dois momentos: o primeiro nas medidas e estratégias assumidas pelos exércitos prussianos contra a Áustria na Guerra Austro Prussiana e o segundo com a sua aplicação por Moltke no desenrolar das guerras de unificação da Alemanha com um pensamento predominantemente voltado para manobras ofensivas e de envolvimento e, mais tarde, por Alfred von Schlieffen, na elaboração do plano Schlieffen.

4.2.2 Helmuth Karl Bernard von Moltke (1800 – 1891)

Em um segundo momento, surge no cenário militar alemão a figura de Helmuth Karl Bernard von Moltke, nascido na cidade de Parchim, hoje situada na Alemanha. Sua função primordial era dar continuidade às reformas militares que a Prússia já havia iniciado de forma a se consolidar como potência na Confederação Germânica. Colocando em prática os ensinamentos de Clausewitz, acrescentou a sua própria genialidade na doutrina militar em construção, lançando os alicerces da natureza dos conflitos da segunda metade do século XIX até à 1ª Guerra Mundial.

Moltke acreditava que guerra é inevitável e ainda um aspecto positivo da existência humana, entretanto apesar de concordar que a guerra é uma extensão da política, rejeita a ideia de que esta deva se subordinar completamente à política nacional como era afirmado por Clausewitz, A política deveria atuar somente nos acontecimentos anteriores e posteriores aos conflitos, não influenciando a execução das operações. Essa a visão de Moltke se sobrepôs as de Clausewitz neste aspecto no exército alemão, com consequências até a 1ª Guerra Mundial (HUGHES, 2009).

O fato de Moltke discordar com Clausewitz quanto à natureza da guerra conforme afirma Hughes (2009), influenciou o pensamento elitizado que predominou na oficialidade alemã conforme será abordado por Kitchen (2013) no subtítulo referente ao Império Alemão, em que, além dos cargos mais altos serem ocupados pela aristocracia alemã, civis e militares não deveriam decidir os mesmos pontos na condução da guerra. A falta de uma dialética eficiente entre políticos e militares se agravou mais próximo do desencadear da primeira grande guerra com consequências funestas para os alemães.

A visão de Moltke que a conduta da guerra é uma arte servida por muitas ciências reverberou até os manuais de guerra alemães da 2ª Guerra Mundial. Ele dialoga com Clausewitz complementando que, além de não existir uma regra universal na guerra, uma nunca irá substituir o talento individual. Para Clausewitz, da estratégia se obtém as táticas para a batalha e a probabilidade de sucesso aumenta por direcionar os movimentos dos exércitos, colhendo os frutos do sucesso de cada batalha e realizando as reformas necessárias. Moltke concorda com a visão tradicional de Clausewitz ao separar a estratégia da tática, a primeira tem a função de prover os meios que a segunda precisa de prontidão no tempo e lugar apropriados. A estratégia direciona a decisão formulando diretrizes, enquanto que as ações táticas geram ordens estabelecendo os princípios básicos de iniciativa dos comandantes subalternos e a cooperação das três armas básicas (HUGHES, 2009).

A doutrina militar brasileira, por exemplo, anteriormente herdou muitos aspectos da doutrina americana ao participar integrada a esta na 2ª Guerra Mundial, fato que se observa na inclusão do nível operacional entre os níveis estratégicos e táticos, diferentemente da doutrina adotada pelos alemães neste período histórico.

Conforme o pensamento de Clausewitz, Moltke acreditava que somente as ações ofensivas proporcionavam desfechos e decisões favoráveis, apesar da defesa ser a mais forte forma de guerra. Acreditava também que todas as guerras e a maior parte das batalhas, devem terminar em uma operação ofensiva e a melhor forma de conduzir uma estratégia ofensiva é dirigindo-se ao interior do território inimigo com o objetivo de forçá-lo a adotar a ofensiva tática em detrimento da própria defesa. Ainda, a nação deve se utilizar de todos os meios disponíveis para a rápida conclusão dos conflitos, de forma a não pesar sobre os soldados os efeitos de guerras prolongadas. O caráter do conflito moderno é marcado pela tentativa de obter uma rápida e importante decisão, batalhas de pouca importância têm pouco efeito para a rápida conclusão de um conflito, apesar de poder abrir caminho para a decisão principal da batalha (HUGHES, 2009).

Lacerda (2013, p.209) complementa a ideia de Hughes especificando as manobras ofensivas mais defendidas por Moltke:

Ele fazia questão de que fossem empregadas manobras flanqueantes, por considerar estas mais capazes de aniquilar o inimigo, além de resultarem em um número menor de baixas às forças atacantes..

Ao longo de uma ação defensiva, surgem oportunidades de se retomar a iniciativa ao realizar ofensivas de valor tático para a força sob ataque. Reflexos disso puderam ser verificados nas manobras de envolvimento de forças que, ao penetrarem demasiado em linhas inimigas, corriam o risco de serem envolvidas e cercadas, como é o caso de diversas manobras de tropas mecanizadas e blindadas na 2ª Guerra Mundial.

Seguindo o pensamento de Clausewitz quanto a totalidade dos conflitos e prevendo a profissionalização dos recursos humanos indiferente da classe social, Moltke defende a introdução do serviço militar universal, incluindo as classes mais abastadas forçando-as a uma melhor educação de forma compulsória. Ele defendia a educação militar desde a infância (*Erziehung*) até a idade adulta, justificando que o objetivo principal do treinamento ser a assimilação de questões morais, que só é possível ser adquirido em longos anos de serviço. Ele afirma que este modelo treina a nação de forma eficaz sem precedentes e que o dever de formar um soldado não é simples pois não é meramente tática, mas artesanal (HUGHES, 2009).

A partir do pensamento de formar uma força armada com nível profissional mais elevado para atender os desígnios que previra, para Moltke o serviço militar aparece como um aspecto crucial da doutrina militar. Hughes (2009) justifica essa ideia com um detalhamento das consequências que o prolongamento do tempo de serviço e o seu caráter obrigatório teriam sobre a sociedade e o exército alemães da época.

O serviço militar assegura a segurança do estado, fator indispensável para a garantia de produção que, por sua vez é voltada para o esforço de guerra. Neste contexto, os estados têm que utilizar todo o seu poder financeiro e as ferramentas para manter a disciplina incutida durante tempos de paz e garantir as provisões necessárias às tropas durante os conflitos. Além do fato que o serviço militar proporciona a diversas gerações valores que fundamentam a produção como, por exemplo, a ordem, a pontualidade, o asseio, a obediência e a lealdade, educando a nação em relação ao vigor físico, frescor mental e amor pela pátria. Por esses aspectos, Moltke conclui que, além de vital para a defesa externa não se pode excluir o exército para propósitos internos como a educação (HUGHES, 2009).

Aliado ao serviço militar estava um aspecto evidenciado nas forças napoleônicas que chamou a atenção de Moltke e era intrínseco a formação militar: as forças morais. Logo, concluiu que era responsabilidade daqueles que seriam os líderes subalternos e intermediários incutir esta mentalidade nos grandes efetivos de soldados na formação de oficiais conforme discorre Lacerda (2015).

Moltke acreditava que as forças morais era um fator essencial para o sucesso, por isso era função dos chefes incentivar o desenvolvimento das forças morais das tropas prussianas. O

forte sentimento nacionalista servia de combustível imprescindível para atingir este objetivo. O serviço militar prussiano era de caráter obrigatório, ocorrendo em um período de três anos na ativa, permaneciam na reserva, os nove anos seguintes, respondendo a convocações. A mobilização de efetivos expressivos e em condições de combater em um curto espaço de tempo se tornou possível a partir da adoção deste sistema de recrutamento e instrução. A partir da constituição de grandes unidades, tornou-se necessária a criação de exércitos de campanha, formados, por sua vez, por corpos de exército. A grande massa da força terrestre recebia seu treinamento e instrução neste sistema, os oficiais, no entanto, recebiam instrução específica através do curso oferecido pela Academia de Guerra de Berlim (LACERDA, 2015).

No capítulo que aborda o desenvolvimento histórico da doutrina alemã, Gates (2001) aborda a improvisação como uma forte característica herdada pelo exército francês da época da expansão napoleônica. Acreditando que as improvisações oriundas da falta de organização e instrução em tempo de paz eram prejudiciais no desenrolar do combate e, procurando evitá-las, Moltke cria um sistema que possibilita a equidade de efetivos em tempos de paz e guerra como é descrito por Lacerda (2015).

Em vez de existirem efetivos diferentes em tempo de paz e guerra, os efetivos previstos do exército nos dois tempos passou a corresponder ao mesmo número, evitando a necessidade de improvisações. No ato de convocação, os integrantes do exército na reserva tinham ciência dos seus locais de apresentação. Armamentos e suprimentos passaram a ser regulados e fornecidos mediante normas criadas para o tempo de guerra (LACERDA, 2015).

De forma a poder coordenar esses grandes efetivos e melhor planejar e conduzir as operações envolvendo-os, reformas são realizadas no Estado-Maior.

Moltke assume o comando do Estado-Maior Geral dando continuidade as reformas de Scharnhorst e Clausewitz. Na sua concepção, o Estado-maior deveria estar alinhado à política de segurança nacional e os fatores de poder nacional, de forma a poder preparar o exército para a guerra. A partir desta perspectiva, a preparação militar assume um papel primordial, sendo realizada com antecedência e de forma minuciosa, mas sem ser inflexível para atender às mudanças dos objetivos nacionais. O exército prussiano é precursor no chamado serviço de Estado-Maior (AMAN, 1979).

O planejamento militar a nível Estado-Maior compreende as previsões e condutas a serem idealizadas para a execução das operações e a movimentação dos grandes efetivos fruto do recrutamento.

O planejamento militar como é concebido pelo Estado-Maior de Moltke, parte das hipóteses de guerra estabelecidas pela política de segurança nacional, e compreende: o plano de mobilização, o plano de concentração, o plano de transporte e o plano de operações (AMAN, 1979, p.105).

O planejamento, direção e coordenação das ações estratégicas seriam de responsabilidade conjunta do Estado-Maior e do comandante-em-chefe. De posse das diretrizes emitidas pelo comando, os comandantes dos escalões subalternos possuíam mais autonomia para a emissão de ordens no nível tático. (LACERDA, 2015).

Para que as necessidades do planejamento fruto do serviço de Estado-Maior possam ser atendidas, Moltke inova ao prever a utilização dos meios de transporte disponíveis à época e o planejamento peculiar a este tipo de locomoção.

Em seus escritos, Moltke defende que as ferrovias devem ser consideradas como vantagem estratégica militar, pois estão diretamente ligadas à mobilidade do exército, sendo esta um fator independente na conduta da guerra por afetar arranjos táticos e orgânicos dos exércitos. A mudança rápida e contínua de posição e a concentração de forças na região ameaçada aumenta o tempo de treino de tiro a nível regimento e treino de formações, aumentando a eficiência da infantaria. Ferrovias assumem especial importância nos pontos onde cruzam grandes rios. A destruição de linhas e pontes é altamente indesejável pois a destruição das primeiras interrompe o tráfego e da segunda interrompem as operações (HUGHES, 2009).

Como complementa Lacerda (2015, p.209) sobre o uso das ferrovias descrito por Hughes (2009). Constante nos planejamentos fundamentais do serviço de Estado-Maior, “o transporte e o controle das tropas passaram a ser previstos em planejamentos pormenorizados, que prescreviam a utilização, de maneira mais eficiente possível, do excelente sistema ferroviário e telegráfico existentes nos estados alemães.”

Era característica de Moltke a consideração de novas tecnologias para fins militares com o objetivo de aumentar o seu poder de combate, assim, o telégrafo, assim como as ferrovias, acabou fornecendo um conceito novo ao modo de transmissão de informações e ordens como aponta Hughes (2009).

Outro avanço tecnológico de relevância para Moltke nas operações militares são a utilização dos telégrafos na transmissão de diretrizes, ordens, informações e relatórios durante a guerra aos pontos mais distantes, auxiliando a direcionar partes separadas do exército para um objetivo comum. A coordenação de grandes efetivos e largas frentes assevera a importância do estabelecimento de um sistema de comunicações eficiente e sigiloso, inclusive com a

utilização de códigos, em todos os pontos do campo de batalha. A importância desses sistemas entre grandes unidades assumiu tal relevância que Moltke sugere que estes devem ser estabelecidos durante altos e até durante combates. Apesar dos imprevistos e ineficiências iniciais, nos momentos finais da guerra Franco-Prussiana, na montagem das linhas melhorou, o que aumentou a eficiência das comunicações atendendo às demandas do exército, provando a sua importância política e militar (HUGHES, 2009).

Moltke contribuiu com a noção de que não há como engajar-se em um conflito de grandes proporções como uma guerra sem um planejamento e preparo antecipados, diminuindo os improvisos prejudiciais à condução das operações. Preocupado com a educação de seus oficiais, atuou de forma metódica a incutir um novo método de estudo de forma a uniformizar a doutrina militar e educar seus soldados. Os preceitos preconizados por Clausewitz herdados por Moltke como superioridade numérica, o investimento em embates decisivos, dobrar a vontade do inimigo, a aniquilação, deveriam ser primordiais aos seus líderes (AMAN, 1979).

Otto von Bismarck, então chanceler da Prússia, compartilhava a ideia de Moltke com relação a liderança desta nação sobre os estados alemães articulando politicamente a união da Alemanha e enviando recursos principalmente a Moltke, de forma que este pudesse realizar as reformas necessárias para que, através do seu poder bélico, garantisse essa liderança (LACERDA, 2015).

Por fim, após a unificação da Alemanha, em seus escritos Moltke identifica as reformas militares prussianas como causa principal para o sucesso em batalhas decisivas e a unificação alemã.

Moltke sustentava a ideia que a liberdade da Alemanha fora conquistada através da reforma do exército prussiano, criando o poder e que a Prússia precisava se tornar poderoso o suficiente para liderar os outros estados da Confederação Germânica. Ele justifica que o poder é fundamental para que seja possível a liberdade e batalhas decisivas como Königgratz e Sedan fizeram parte desse caminho (HUGHES, 2009).

4.3. O DESENVOLVIMENTO MILITAR ALEMÃO

A doutrina militar alemã do século XIX foi construída em um longo processo, com suas raízes no iluminismo e na ocupação de seus territórios pela França. É importante ressaltar que não foi um processo puramente teórico, mas um aprendizado continuado, em que as ideias foram confirmadas ou refutadas com base nos resultados práticos obtidos no campo de batalha.

O movimento Iluminista na Europa do século XVIII lançou as bases para a existência do método científico. A partir dos estudos nas diversas áreas da ciência, com destaque para as

áreas diretamente ligadas à matemática e às ciências da natureza, como a física e a química, proporcionaram avanços sem precedentes nos métodos de produção, revolucionados por invenções e novas tecnologias que, ao seu tempo, serviram de pano de fundo para as profundas transformações no plano político, social e econômico ao longo do século XIX, refletidas diretamente no plano militar. Os ideais defendidos pela Revolução Francesa deflagraram as guerras de independência nas então colônias das potências europeias no continente americano, adicionando um novo fator primordial nos combates: a ideologia. A declaração de guerra e o engajamento nos combates não eram mais suficientes se a nação não possuísse ideais mais envolventes e inflamadores que a oponente. Pode-se verificar a importância deste fator nas guerras que proporcionaram a unificação da Alemanha (AMAN, 1979).

4.3.1. O Período Napoleônico (1803 – 1815)

Em meio ao fim do processo da Revolução Francesa, iniciada em 1798 na França, surge a figura do general Napoleão Bonaparte, que assume a liderança deste país com o título de Napoleão I. O período de apogeu do Primeiro império Francês e seu domínio sobre outros países da Europa, como os Estados Alemães é conhecido como Período Napoleônico.

Acontecimentos na política e economia das nações da época estiveram diretamente ligadas às mudanças ocorridas na organização e emprego das forças armadas, o que de início não contribuiu para o desenvolvimento de grandes avanços táticos ou tecnológicos, tendo em vista a ocupação do território por Napoleão e pelas poucas diferenças de sua doutrina para os exércitos da época. Entretanto, é fundamental o estudo deste período para compreender as origens do pensamento militar criador que motivou a construção de novas estratégias e doutrinas para os exércitos alemães ao longo do século XIX.

Do início do século XVIII até a primeira metade do século XIX, os exércitos continuavam organizados em infantaria, cavalaria e unidades técnicas (artilharia e engenharia) equipados com mosquete com carregamento pelo cano, de alma lisa com disparo proporcionado pelas faíscas de pederneira. Ao longo desse período, esses armamentos sofreram poucas modificações significativas, como por exemplo, a baioneta de encaixe que possibilitou poder de fogo e relativa ação de choque para a infantaria. Devido à baixa precisão, letalidade e alcance conferido às armas de fogo do período, muitos elementos de guerra antiquados como espadas, lanças e flechas ainda eram utilizados, por realizarem o mesmo efeito que os mosquetes no campo de batalhas (GATES, 2001).

Até a utilização de ferrovias, os cavalos continuaram sendo os meios mais rápidos de transporte terrestre e não apenas serviu de suporte para a cavalaria, mas também. Neste

contexto, todos os intelectuais militares do Iluminismo foram até certo ponto influenciados por teóricos do período clássico, como César, por exemplo, principalmente no debate das formações adotadas pela infantaria até o século XIX, quando, com o aumento do alcance e precisão das armas de fogo e aumento dos efetivos de combate, as formações em profundidade prevaleceram por diminuírem as baixas (GATES, 2001).

Como até o início do século XIX, não houve significativas mudanças na doutrina adotada pelos exércitos europeus, a tendência era que se houvessem mudanças seria apenas na condução das operações. Napoleão soube aproveitar o potencial dos meios que possuía, identificando suas possibilidades latentes, superando seus antecessores e contemporâneos, mesmo baseado-se no pensamento militar do século XVIII, desenvolvendo e aprimorando-os através de suas experiências e de seus companheiros (GATES, 2001).

A Prússia permaneceu estagnada no período absolutista, enquanto Napoleão revolucionou a guerra com os meios ao seu alcance e utilizando-os com maestria. A Prússia seria a grande locomotiva a impulsionar o futuro Império Alemão, por isso o fato de não ter sido dissolvida por Napoleão da mesma forma que o Sacro Império Romano-Germânico é de suprema importância. Com a ocupação de seu território e a imposição com as medidas opressoras impostas pelos franceses, a necessidade de uma reestruturação militar ficou evidente, o que motivou que pensadores militares a busca por alternativas que permitissem a libertação do jugo francês. No entanto, o mito da invencibilidade do exército napoleônico atrasou as primeiras tentativas de uma reforma militar.

Para melhor compreender as propostas de reforma, é necessária a análise organizacional dos exércitos da época e as diferenças para o exército napoleônico, que sofrera mudanças tentando aproveitar as deficiências das táticas utilizadas até então visando subjugar os adversários no campo de batalha.

A organização básica qualquer exército da época era baseada de regimentos de infantaria, que por sua vez eram constituídos por um ou mais batalhões tendo companhias como as menores unidades táticas. A maioria das outras potências europeias favorecia uma estrutura de dois ou três batalhões, padrão contrariado pelos franceses no início do século XIX estabelecendo um regimento de cinco batalhões. Além de criar unidades maiores, fatores socioeconômicos como a urbanização, cercamento de propriedades agrícolas e mudanças nos meios de produção, obrigaram a adoção de táticas e unidades mais flexíveis, com escaramuçadores e formações colunares, complementando as formações lineares, predominantes na década de 1700 (GATES, 2001).

A organização dos exércitos e as adaptações de Napoleão a esse formato no início do século XIX expostas por Gates (2001) apontam causas fundamentais para o sucesso dos objetivos militares de Napoleão sobre os da Prússia, conforme se observa a seguir sobre suas consequências históricas, descritas por Kitchen (2013).

Napoleão avança contra a Prússia, que ainda utilizava o modelo do exército de Frederico, o Grande, mas longe da sua magnitude, sendo um exército fraco, com uma liderança obsoleta e inapta, sendo derrotado nas batalhas de Jena e Auerstedt. Frederico Guilherme III da Prússia recusou-se a ouvir os militares que propunham reformas e os alemães permaneceram passivos. Napoleão impôs a passagem de seu exército contra a Rússia pelo território prussiano e que 20 mil homens alemães, que passaram a ser o dobro deste número, participassem da campanha. O primeiro-ministro, Hardenberg, é obrigado a aceitar as condições francesas, o que leva a uma reação no corpo de oficiais, em que alguns preferiram deixar seus postos do que suportar a situação vigente, dentre eles Clausewitz, preferindo restir junto à Rússia (KITCHEN, 2013).

Como exposto por Kitchen é possível verificar neste momento uma cisão dentro da força armada prussiana. Militares proeminentes, como Clausewitz, já haviam percebido a necessidade de investimento na força terrestre de forma a conseguir reconquistar a independência prussiana. Os primeiros sinais de que a invencibilidade do exército francês não passava de um mito não foi suficiente para vencer a hesitação de seu soberano, o que atrasava o êxito dessa empresa. O desrespeito da Rússia às sanções econômicas impostas aos britânicos, afrontando diretamente Napoleão, fez do Império de Moscou a esperança dos militares alemães dispostos a arriscarem uma resistência. Neste contexto, Gates (2001) oferece um panorama da doutrina de emprego e táticas de Napoleão e a integração das armas durante o combate.

Embora buscassem, ainda que sem êxito, imitar as táticas francesas, as potências europeias convenceram-se de que precisavam aumentar a qualidade de seus exércitos. A infantaria leve era organizada no mesmo formato usado por Napoleão, entretanto, as forças morais dos franceses motivados pelos ideais revolucionários constituía fator crítico de sucesso. Além disso, os escaramuçadores apegavam-se à honra e a idealização do herói de guerra clássico com a utilização de uniformes vistosos e coloridos que consideravam táticas como fugir e recuar era consideradas covardia e a utilização de uniformes poucos. A cavalaria foi dividida em leve (*hussardos*) e pesada (*cuirassiers*). Os *hussardos* realizavam missões de reconhecimento, segurança, escaramuças e perseguições. Os *cuirassiers* utilizavam homens de alta estatura com capacetes robustos, armaduras parciais, manoplas e botas de couro grosso até o joelho, em cavalos de grande porte utilizando sabres, pistolas e, por vezes, mosquetes. Sua

função era principalmente a ação de choque. Ressalta-se que eram poucos os estados que podiam pagar por *cuirassiers* pelo seu elevado preço de manutenção (GATES, 2001).

Havia ainda os chamados dragões, infantes que utilizavam cavalos como meio de transporte, eram também classificados em leves ou pesados, os últimos mais baratos que os *cuirassiers*. Os dragões geralmente lutavam montados, mas continuaram a ser equipados e treinados para atuar como tropas de infantaria quando necessário, atuando dessa forma como forças policiais no apoio à garantia da ordem pelas autoridades civis (GATES, 2001).

Uma característica comum dos exércitos europeus era o uso da artilharia montada, ou seja, peças de artilharia que usavam a tração animal para a locomoção, sendo ideal para fornecer mobilidade ao apoio de fogo no terreno. Cada estado utilizou seus meios de forma diferente. Na Áustria, por exemplo, a cavalaria era considerada como apoio à infantaria e não como um meio independente e a sua artilharia montada nada mais era do que uma forma móvel de artilharia móvel. A doutrina francesa provou ser uma vantagem suficiente para compensar qualquer inferioridade numérica, coordenando unidades de cavalaria, escaramuçadores, infantaria de linha e armas em contraste aos problemas de comando enraizados no dourinas táticas dos exércitos opositores (GATES, 2001).

A partir do modelo francês exposto, os teóricos alemães tiveram uma base para pensar em estratégias e propostas de reformas. As primeiras tentativas de reforma ainda sob domínio napoleônico sob o ponto de vista histórico é apresentado por Kitchen (2013).

No período compreendido entre os anos de 1806 e 1811, observa-se uma reforma administrativa e militar acelerada na Prússia. Enquanto divergiam em outras questões, reformadores e conservadores concordavam que a Prússia só seria libertada se o exército sofresse profundas reformulações, pois este possuía táticas obsoletas, os postos ocupados no corpo de oficiais sendo concedidos por meio da linhagem e aos soldados era imposta uma disciplina rígida. Algumas medidas importantes foram: as promoções no exército com base na meritocracia em vez da origem social (KITCHEN, 2013).

Os reformadores, reunidos sob a liderança de Scharnhorst, queriam diminuir a distância entre o exército e a sociedade pelo fato de que uma expressiva parcela de suas fileiras ser formada por mercenários estrangeiros, o que enfraquecia o sentimento nacionalista, transformando homens comuns em militares patriotas. Para isto, os soldados deveriam ser reconhecidos como cidadãos e não mais sujeitos a punições rígidas. O fato de Napoleão ter reduzido drasticamente o efetivo do exército prussiano contribuiu para a diminuição da incompetência no corpo de oficiais. Com isso, os postos começaram a ser conquistados por meio de avaliações, deixando de ser atingidos exclusivamente pela antiguidade. Apesar da

oposição, as reformas se baseavam no serviço militar universal, de forma a criar um exército mais acessível à população e que possibilitasse uma ascensão hierárquica mais flexibilizada (KITCHEN, 2013).

Kitchen (2013) continua a abordagem histórica revelando aspectos sociais que eram prejudiciais à organização eficiente das forças armadas prussianas e a estratégia de contornar esses obstáculos com a criação de um exército territorial.

A proposta de armar todos os homens restantes com idade entre 15 e 60 anos em um *levée en masse*, sem uniformes e com oficiais eleitos, deixou estarecida a maioria dos cidadãos respeitáveis. Eles condenaram os grupos de guerrilha antevistos nesse *Landsturm* como jacobinos que representavam um perigo maior para a Prússia do que para os seus inimigos. A sugestão foi rapidamente abandonada. Os reformadores se concentraram no *Landwehr* como se fosse a realização da sua visão de um exército do povo. De acordo com a lei do exército de Boyen de setembro de 1814, todos aqueles qualificados para o serviço militar teriam de servir três anos em regimento da ativa e dois anos na reserva. Eles eram então obrigados a servir na primeira divisão do *Landwehr* até completar 32 anos e na segunda até os 50 anos. Todos aqueles que não estivessem servindo no exército regular teriam de ingressar no *Landwehr* aos 20 anos de idade. Os burgueses instruídos poderiam servir um ano no exército regular, depois do que se tornavam oficiais no *Landwehr*. Havia então uma clara distinção entre um corpo de oficiais aristocrático e conservador regular e um *Landwehr* burguês e liberal. (KITCHEN, 2013).

No *Landwehr*, não era incomum a presença de um forte sentimento nacionalista em alguns de seus setores, mas que, no entanto, não era suficiente para criar uma coesão universal no Exército Territorial, como pôde ser verificado na alta taxa de deserções e na resistência dos oficiais do Exército principal ao serviço militar universal, apesar de conseguir-se reunir um expressivo efetivo profissional no primeiro. Na Confederação do Reno, as autoridades militares adotaram longos prazos de serviço em exércitos com soldados recrutados (KITCHEN, 2013).

A figura a seguir ilustra a extensão territorial máxima da expansão territorial promovida por Napoleão, na qual é possível identificar os territórios dos Estados Alemães sob ocupação francesa no ano de 1812.

Figura 2 – A Europa Napoleônica



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/224405993916471943/>

Do efetivo alemão que marchou com o exército napoleônico contra a Rússia em 1812, pouco mais 100 mil conseguiram retornar com vida. Com o sucesso russo na contra-investida, o general prussiano Yorck assina um acordo em que se comprometia que seus soldados não se submeteriam mais às ordens de Napoleão, com o intuito de libertar os territórios alemães dos franceses. Tendo assinado o tratado sem o conhecimento do rei, Frederico Guilherme III, Yorck é exonerado, o que não impede que este, junto com Stein, recrutasse forças na Prússia Oriental. O rei procura negociar com França, Áustria e Rússia. Por fim, declara “a guerra do povo”, caracterizado pelo serviço militar universal, sendo formadas unidades voluntárias (*Freikorps*), em grande parte compostas pela classe média urbana. O *Landwehr*, inapto e mal equipado, se se mostrou inútil. A Cruz de Ferro, símbolo das forças armadas alemãs nos séculos vindouros, é criada nessa época, como uma condecoração destinada a exaltar aqueles que se destacavam por seus atos na luta patriótica (KITCHEN, 2013).

Com os indícios mais evidentes da derrocada de Napoleão, a monarquia lentamente foi cedendo à pressão de líderes militares prussianos que estavam agindo sob a bandeira russa, o que levou à adoção de medidas que contrariavam a opressão francesa.

4.3.2. O “Pré-Março” (1815 – 1848)

O período após a guerra contra Napoleão até as primeiras ebulições políticas na Alemanha é conhecido na História Alemã como “Pre-Março” (*Vormärz*), caracterizado pela relativa tranquilidade, reflexo de conceitos expostos por filósofos alemães, como escrevera Hegel (2001, p. 49), “O que a experiência e a História nos ensinam é que as pessoas e os governos nunca aprenderam nada com a História, ou agiram com base em princípio deduzidas dela.”

É também um período de transformações na economia e políticas alemãs que lançaram as bases do industrialismo alemão, com a construção de fábricas de aço e a construção de ferrovias, fundamentais para prover, equipar e proporcionar a mobilidade da futura potência militar. Fulbrook (2018) e Kitchen (2013) discorrem e proporcionam o entendimento do contexto socioeconômico da Alemanha da época. A revolução industrial, apesar de tardia em comparação aos ingleses, acontece de forma rápida e com peculiaridades na Alemanha, graças ao desenvolvimento de um capitalismo financeiro disposto a investir em novos meios de produção e devido à grande mão-de-obra disponível nas cidades

A substituição de uma sociedade de *status* feudal para uma sociedade de classes no começo do século XIX, forneceu a base para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais industrial a partir de 1830. Este processo foi lento e parcial a princípio, mas culminou em uma explosiva transformação da Alemanha até o final do século. Diversos processos se correlacionaram. De grande importância foram as melhorias nos meios de comunicação, com programas de construção de estradas e pavimentação, a introdução de navios a vapor no Reno, a construção de canais para ligar rios, e principalmente, ferrovias. (FULBROOK, 2018, p.122)

Com a derrota definitiva de Napoleão, é formado o Congresso de Viena em 1815. Deste, surge a necessidade de revisão do que havia sido feito com as forças armadas prussianas até então, pois, na hipótese de um ressurgimento militar francês, estas tinham a missão de defender as terras alemãs de tal ameaça. Esse período é o início da industrialização germânica, quando as estradas de ferro e o transporte de navegação interno precisavam de uma quantidade tão grande de capitais que só poderiam ser financiados por sociedades anônimas, nas quais um

grande número de pequenos investidores arriscava o seu dinheiro, o que leva ao surgimento de bancos nas décadas de 1840 e 1850 (KITCHEN, 2013).

Devido ao seu alto custo e necessidade de importação de tecnologia, as ferrovias eram inicialmente patrocinadas por empresas privadas, no entanto, com o seu crescimento, o Estado precisou interferir para organizar a construção das linhas, construindo trechos que não auferiam lucros, mas eram necessários. A primeira ferrovia inaugurada no ano de 1835, ligando Nuremberg a Fürth, tinha apenas seis quilômetros mas gerava grande soma de capital. O auge da construção de ferrovias no final da década de 1830 aumentou a demanda de ferro e aço e carvão, o que fez com que, em 1840, modernas fundições de ferro em larga escala fossem instaladas. O setor ferroviário teve o mesmo papel na Alemanha que o algodão teve na Inglaterra, além de reduzir significativamente os problemas da pobreza, do desemprego, da fome e do crescimento demográfico (KITCHEN, 2013).

Na década de 1850, observa-se um rápido crescimento econômico na produção de ferro e de carvão. Verifica-se o aumento no número de estradas de ferro no período entre 1850 e 1870 e um crescimento de 6% do número de trabalhadores de indústrias no mesmo período. Entre os anos de 1855 e 1857, houve um aumento em um terço do Produto Nacional Bruto e, mesmo com uma crise em 1857, o crescimento econômico da Prússia começou a sobrepujar o da rival Áustria, sendo essa disparidade um importante fator na luta pelo domínio de uma Alemanha unificada (FULBROOK, 2018).

Apesar de ser uma confederação de estados, a Confederação Germânica era composta por estados independentes. Havia muita discordância entre os estados e seus políticos quanto à unificação da confederação, no entanto, sabia-se que caso a ideia de unificação fosse levada adiante, as favoritas seriam as duas maiores potências dentro da confederação, Áustria e Prússia. Como foi exposto no capítulo que define a Doutrina Militar, de forma a se impor ou dissuadir outros estados, uma nação precisa projetar o seu poder através do seu poder militar, como foi descrito anteriormente no primeiro capítulo. O desenvolvimento do poder militar da Prússia esbarrava no rei Frederico Guilherme IV e durante esse período a situação militar na Prússia continuava decrépita, com medidas incipientes e organizações ineficazes como descreve Kitchen (2013). No entanto, esse cenário muda com a necessidade de troca na liderança deste país, encontrando resistências contra a sua administração.

Frederico Guilherme IV perde a sanidade mental e seu irmão Guilherme, que havia se exilado, assume como regente. Sendo o novo regente um fervoroso nacionalista da “Pequena Alemanha” (*Kleindeutschland*), que preconizava um Estado formado pela Prússia e os demais Estados Alemães, excluindo a Áustria. Passara a vida como oficial do exército e estava decidido

a reformar o exército de maneira a conferir peso a uma política externa prussiana ativa e independente com seu governo nacionalista (KITCHEN, 2013).

O fato do novo regente da Prússia ser militar e estar disposto a realizar reformas militares de forma a atingir seus objetivos nacionalistas, a sua posse proporciona o incentivo necessário para a execução das melhorias.

Desde o período da ocupação francesa, o exército não passara por nenhuma reforma de vulto, e, apesar do crescimento demográfico, seu efetivo permaneceu o mesmo, sendo minúsculo comparado com os russos, franceses e austríacos. O *Landwehr* encontrava-se em uma situação insustentável, com comandantes envelhecidos e soldados inaptos e indisciplinados, tendo se mostrado poucos confiáveis durante os levantes que ocorreram no ano de 1848 (KITCHEN, 2013).

Guilherme defendia que o tempo de serviço militar, obrigatório e universal, deveria passar de dois para três anos, tempo necessário para profissionalizar seu exército. O corpo de oficiais, no entanto, continuava à parte da legislação sendo composto por membros da nobreza alemã que se consideravam guardiões da monarquia (KITCHEN, 2013).

O *Landwehr* servia como uma espécie de guarda nacional e primeira tentativa de um exército que possuía em seu corpo de oficiais membros não oriundos da aristocracia alemã. O fato da nobreza constituir o corpo de oficiais do exército regular, constituiu em um obstáculo frequente à reformas e motivos de atrasos na atualização da doutrina militar por não aceitarem a perda de seus privilégios.

Havia grande divergência do papel social do exército. Seu ministro da Guerra, Bonin, defendia que um *Landwehr* relativamente independente seria de grande importância na busca pela conciliação entre a sociedade civil e o exército regular. Todavia, Guilherme não aprova e coloca o conde Albrecht von Roon no lugar de Bonin. Roon propõe aumentar o efetivo de 150 mil para 220 mil soldados. Nesse sentido, o *Landwehr* seria diminuído, perdendo também sua importância e sua força independente, paulatinamente. (KITCHEN, 2013).

Além das dificuldades internas das forças armadas da época, o rei precisava lidar ainda com as barreiras impostas pelo Legislativo, que não aceitava diversas propostas e medidas da monarquia. A consequência dessa tensão é a independência do exército com relação à Câmara, sendo um poder marginal à administração pública, estando sob o comando direto do rei.

A oposição liberal, reforçada nos poucos anos da “Nova Era” e dominante na Câmara dos Deputados prussiana, não se opunha em princípio, a uma modernização e a um reforço no Exército, mas suspeitavam que a pretendida duplicação no número de militares e o prolongamento do tempo de serviço de dois para três anos visasse,

essencialmente, a criação de um instrumento de poder sendo utilizado para disciplinar a sociedade e reforçar o Estado autoritário. (DIRLMEIER, et al. 2018, p. 257).

Ocorrem divergências políticas, pois esses assuntos estavam subordinados ao “poder de comando” (*Kommandogewalt*) do rei e a questão da reforma tornou-se uma luta de poder entre o rei e o parlamento. Roon emprega o dinheiro na reorganização do exército, ordenando à tropa que desfilasse em praça pública para humilhar os opositores no legislativo. Guilherme, fortemente decidido a manter o Exército fora do controle parlamentar e, após novas eleições parlamentares, a medida da oposição que trazia a questão do serviço militar de dois anos é refutada por ele. Sendo um conflito de princípios, seu resultado implicaria diretamente no desenvolvimento constitucional da Prússia. A Câmara se recusava a votar o orçamento para que o governo não fosse capaz de atuar sem um orçamento com o objetivo de forçar o monarca a ceder, o que faz o rei agir alegando uma brecha na lei – quando o rei e o parlamento não entravam em acordo – propondo então, governar sem orçamento, fato que foi considerado inconstitucional pela Câmara (KITCHEN, 2013).

Otto von Bismarck, proeminente político da Prússia do período, atuando como embaixador desta em São Petersburgo, recebe um telegrama de Roon pedindo seu retorno a Berlim, evento marcante para Prússia, Alemanha e Europa, na determinação de que a primeira “não se tornasse uma democracia parlamentar” – como ocorrera na Inglaterra – ao invés disso, permaneceria como uma “monarquia militar autocrática com um apêndice parlamentar” (KITCHEN, 2013, p. 109).

Em um discurso histórico, Bismarck afirmou que as maiores questões daquela época não seriam resolvidas por discursos e votações, mas com “sangue e ferro”. Os servidores públicos contrários ao posicionamento do chanceler foram dispensados sem pensão e seus direitos civis suspensos. O mesmo tratamento foi reservado aos promotores públicos que atuaram contra o governo. A imprensa sofreu forte censura e o parlamento desintegrado e, apesar de novas eleições, foi novamente dissolvido em 1866 (KITCHEN, 2013).

O rompimento da monarquia com o legislativo, através de uma imposição da autoridade conferida a Bismarck pelo rei, conferiria as bases para o lançamento da Prússia como potência militar, sendo seu poder testado nos próximos anos contra a sua principal rival dentro da Confederação Germânica: a Áustria.

4.3.3. A Guerra Austro-Prussiana (1866)

As crescentes tensões pela hegemonia dentro da Confederação Germânica, agravada pela “Questão dos Ducados” na Dinamarca, culminaram na guerra entre Áustria e Prússia, que

serviu para colocar em prática a doutrina idealizada por Moltke a partir de Clausewitz. Os planejamentos do serviço de Estado-Maior, os efeitos do serviço militar, a utilização das ferrovias, o predomínio de manobras ofensivas, teriam o seu batismo de fogo para Moltke contra os austríacos. Inicia-se com a análise dos equipamentos utilizados entre as forças beligerantes de forma comparativa.

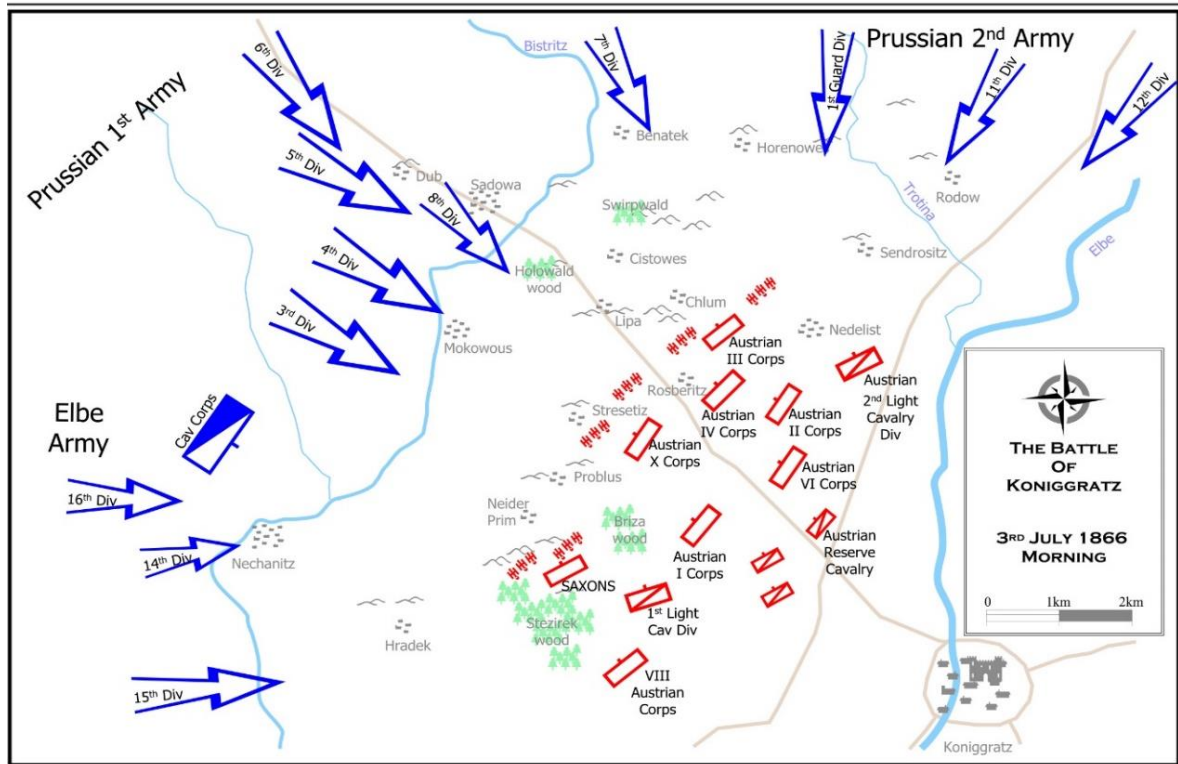
O exército prussiano estava equipado com o fuzil Dreyse, capaz de liberar sete rodadas por minuto e que possibilitava a posição de tiro deitado. No entanto, seu alcance útil de 400 metros era inferior comparada aos armamentos contemporâneos, devido à quantidade de pólvora colocada no cartucho ser restrita e o percussor muitas vezes quebrar, no momento do disparo poderiam ocorrer falhas e os resíduos da percussão poderiam ferir o rosto do atiradores. (KITCHEN, 2013; LACERDA, 2015).

A Áustria, por outro lado, possuía um rifle que mal conseguia disparar duas rodadas por minuto e possibilitava apenas a posição de tiro em pé. Apesar do Dreyse ser superior ao armamento individual austríaca, a Artilharia austríaca era muito eficiente, tendo causado problemas aos avanços prussianos, apesar dos últimos possuírem canhões mais modernos (KITCHEN, 2013).

Em razão do “talento operacional” de Helmuth von Moltke, a Guerra Austro-prussiana foi breve, durando apenas três semanas, foi possível derrotar o exército austríaco, em Königgrätz. Com avanços separados, os três exércitos prussianos apenas se encontraram ao final da batalha. A artilharia era dotada de canhões de aço Krupp, raiados e de retrocarga, com alcance de três mil metros (KITCHEN, 2018, p.114).

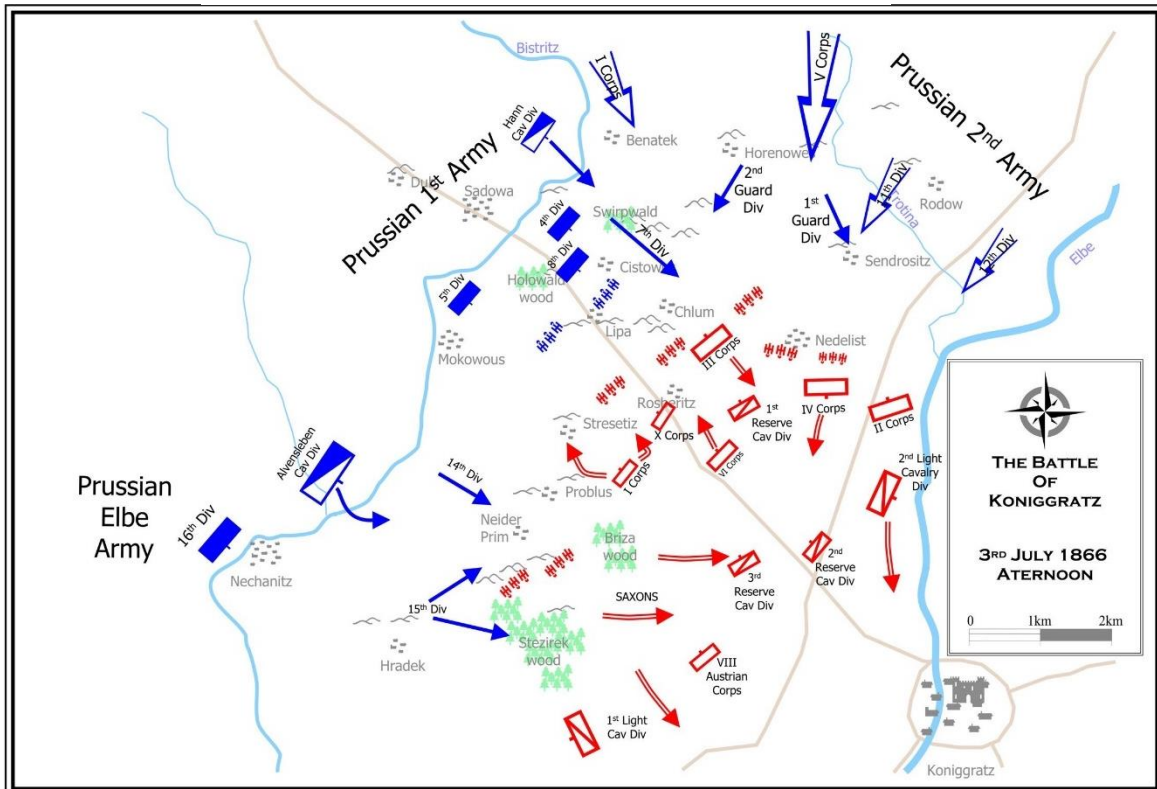
Nas figuras a seguir, é possível visualizar as ideias de Moltke e suas consequências em suas primeiras experiências na prática. A primeira revela a reunião de três exércitos prussianos na Batalha de Königgratz, tendo estes seguido itinerários distintos e encontrando-se no campo de batalha possibilitando ainda o envolvimento das tropas inimigas como ele havia idealizado, flanqueando as tropas austríacas, obrigando-as a recuar na direção da cidade de Königgratz. A segunda figura ilustra o predomínio da iniciativa prussiana no campo de batalha através de uma manobra visando cercar o inimigo. A terceira mostra o movimento retrógrado do exército austríaco que, com o risco de ser flanqueado pelo Exército do Elba e o 1º Exército, é forçado a recuar apesar de sua excelente Artilharia. A quarta figura mostra a eficiência do planejamento de Moltke e seu Estado-Maior, sendo possível a visualização da complexibilidade do transporte de efetivos pelos territórios da Dinamarca, ao Norte, Prússia ao centro e Áustria, ao Sul.

Figura 3- A Batalha de Königgrätz



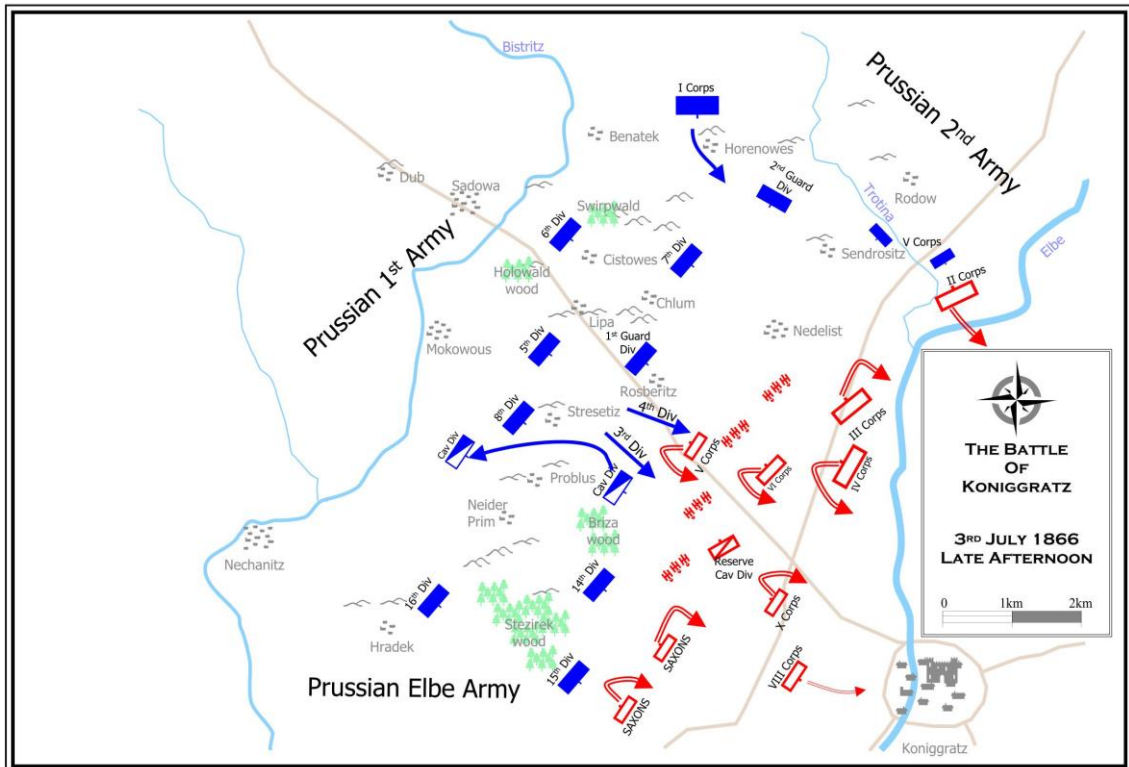
Fonte: <https://battlefieldanomalies.com/the-battle-of-koniggratz-revisited/>

Figura 4- A Batalha de Königgrätz



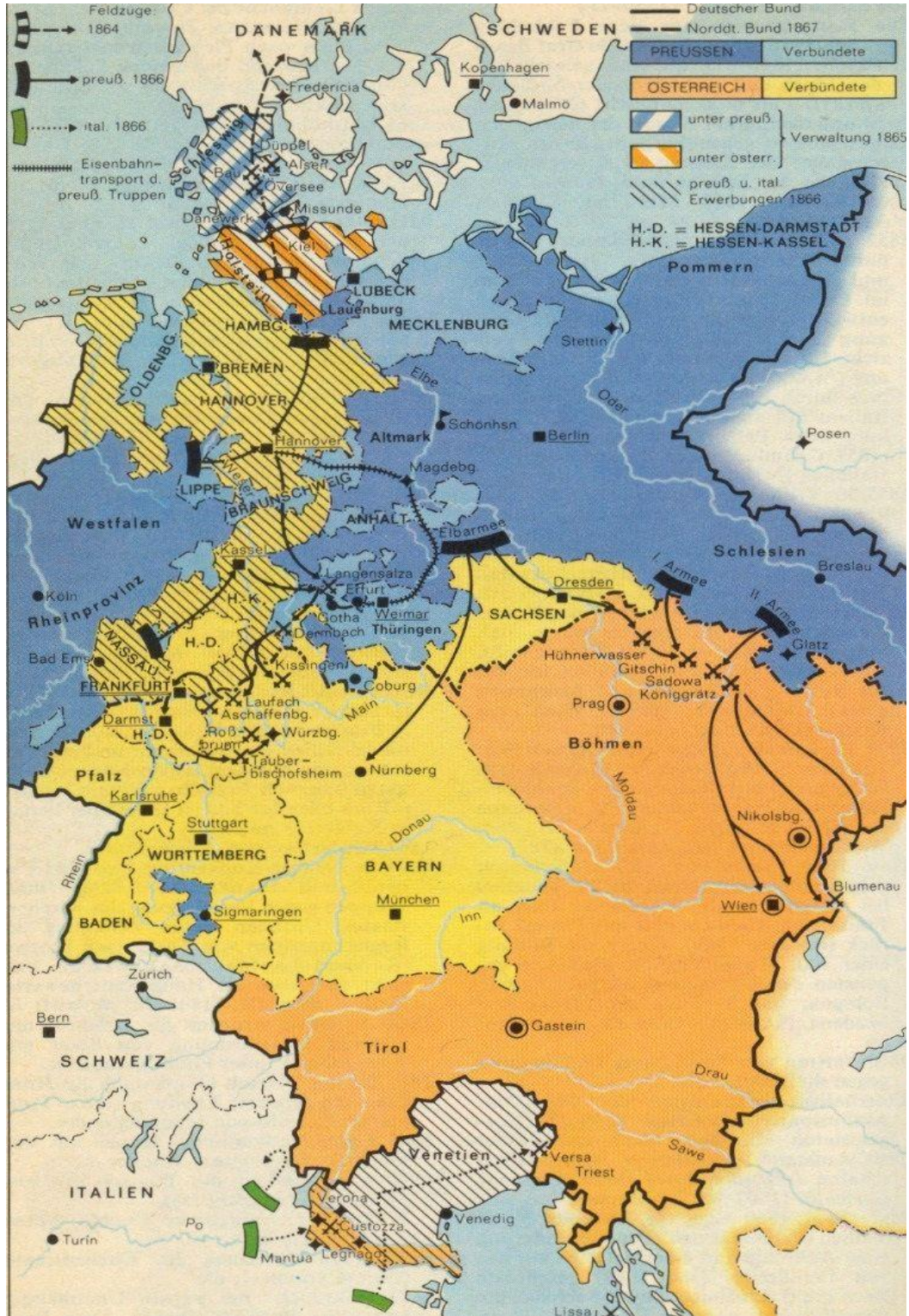
Fonte: <https://battlefieldanomalies.com/the-battle-of-koniggratz-revisited/>

Figura 5- A Batalha de Königgrätz



Fonte: <https://battlefieldanomalies.com/the-battle-of-koniggratz-revisited/>

Figura 6 – A Guerra Austro-Prussiana



Fonte: Darby (1970)

4.3.4. A Guerra Franco-Prussiana (1870 – 1871)

A guerra Austro-Prussiana serviu para Moltke verificar os erros do seu planejamento e as falhas na execução e aperfeiçoar a sua doutrina com o auxílio do seu Estado-Maior. O risco da unificação da Alemanha preocupava profundamente o imperador francês e seus oficiais, no entanto, não acreditavam que os prussianos representassem uma ameaça, tendo negligenciado a sua preparação para uma possível guerra. A divergência no alto comando francês não impediu a guerra entre a França e a Prússia, conhecida como Franco-Prussiana.

Na Guerra contra a Áustria, Moltke utilizou a estratégia de linhas exteriores, apesar das críticas de alguns comandantes prussianos, concentrando todos os exércitos em Königgratz tendo sua decisão justificada pelo sucesso. Entretanto, deve-se considerar que este não se deve apenas à adoção dessa estratégia, mas sim o conjunto formado por fatores como o serviço de Estado-Maior, a superioridade em armamentos, o eficiente suporte logístico, a liderança e as forças morais. Os militares franceses eram céticos quanto a organização prussiana, considerando-a eficaz na teoria mas ineficiente em uma guerra ofensiva, usando os erros cometidos durante a mobilização das forças prussianas, corrigidos gradativamente por Moltke e seu Estado-Maior, contra a Áustria como exemplos para fortalecer o seu descrédito às possibilidades militares da Prússia. A inferioridade de efetivo dos franceses era apenas uma de suas falhas organizacionais, um relatório em 1857 apontou que a improvisação não seria mais suficiente, pois a guerra moderna exigia preparação antecipada e detalhada (GATES, 2001).

Conforme observa Gates (2001), o ceticismo não era uma unanimidade entre militares e políticos franceses. No entanto, apesar do relatório de 1857 da situação perigosa em que se encontrava o exército francês e os esforços de reformas como as do general Adolph Niel, que ocupara o cargo de ministro da guerra francês de 1867 a 1869, a oposição era muito forte recorrendo ao seu poder tecnológico e glórias do passado para justificar a não necessidade de realizá-las, essas mesmas justificativas acabariam por traí-los com o decorrer da História.

Apesar dos esforços do ministro Adolph Niel em explorar o potencial das ferrovias francesas, a sua morte condenou o aprofundamento do estudo realizado por este, sendo seu trabalho negligenciado em decorrência dos custos. Niel também procurara reformar o Estado-Maior francês, sendo sufocado por um movimento conservador do oficialato, confiando na incapacidade da Confederação Alemã comparando-a com o tamanho e quantidade de coalizões necessárias para derrubar Napoleão I. Confiavam ainda no elevado moral dos soldados profissionais franceses e no seu equipamento, tendo o fuzil Chassepot como principal expoente e a metralhadora *Montigny Mitrailleuse* como uma promessa letal com seu alcance de 1800

metros. Entretanto, quando chegou o momento de ser efetivamente utilizada contra a Prússia, poucos soldados tinham o conhecimento técnico para operá-la e os comandantes de como melhor empregá-la (GATES, 2001).

Apesar do moral elevado, os oficiais franceses também rejeitaram as propostas de Niel para aumentar o efetivo profissional com o aumento tempo de serviço militar e a recriação da Guarda Nacional, fatores imprescindíveis para a manutenção das forças morais. O exército francês era cético com relação à conscrição de soldados inexperientes, mal equipados e com influências políticas duvidosas, além de que a prosperidade do período industrial e os grandes feitos científicos e artísticos e do direito internacional precedia a paz anunciada pelos filósofos iluministas. Acreditando na improbabilidade de outra guerra, alguns políticos rejeitavam a ideia de exércitos permanentes e doutrinas ofensivas, confiando que, se necessário a “nação em armas” e uma doutrina defensiva seriam suficientes para a defesa da França, outros queriam evitar o aumento de impostos para o financiamento militar. Apesar de alguns pontos da reforma de Niel terem sido atendidos, como a revitalização da Guarda Nacional, no geral as medidas foram muito aquém da forma como ele previra. Seu sucessor, Laboeuf e o legislativo diminuíram as despesas militares que em 1870 foram novamente reduzidas. Contrariando essas medidas, a população comemorou seis meses mais tarde a declaração de guerra à Prússia (GATES, 2001).

Diferente da postura alemã com relação à educação militar, os franceses trataram do assunto de forma negligente, e seus oficiais não julgaram relevante o estudo dos fatores envolvidos nos acontecimentos das guerras recentes, sendo tratada da mesma forma a ênfase dada por Napoleão III e alguns pensadores ao serviço de Estado-Maior, mobilizações, uso de ferrovias e linhas logísticas (GATES, 2001).

Gates (2001) continua dissertando sobre as consequências das negligências francesas praticamente definem todo o rumo a guerra nos primeiros embates, facilitando a penetração das tropas prussianas em território francês. A rapidez do movimento das tropas prussianas gerou vantagens táticas cruciais para aumentar a desorganização das forças francesas

Devido ao caos organizacional e um projeto ineficiente, a França perde a iniciativa da ofensiva. Na véspera da guerra, em meados de 1870, quatrocentos mil soldados prussianos já encontravam-se a postos na fronteira com a França em pronto emprego. Por outro lado, o Exército Francês contava com praticamente a metade deste número, além de arregimentar os homens de forma desorganizada. O planejamento prussiano foi facilmente realizado na prática. Com o objetivo de dividir as forças francesas de Paris, cercando-as na região da Bélgica, Moltke

separa as suas forças em três exércitos de campanha realizando uma ação ofensiva a partir da região leste da França (LACERDA, 2015).

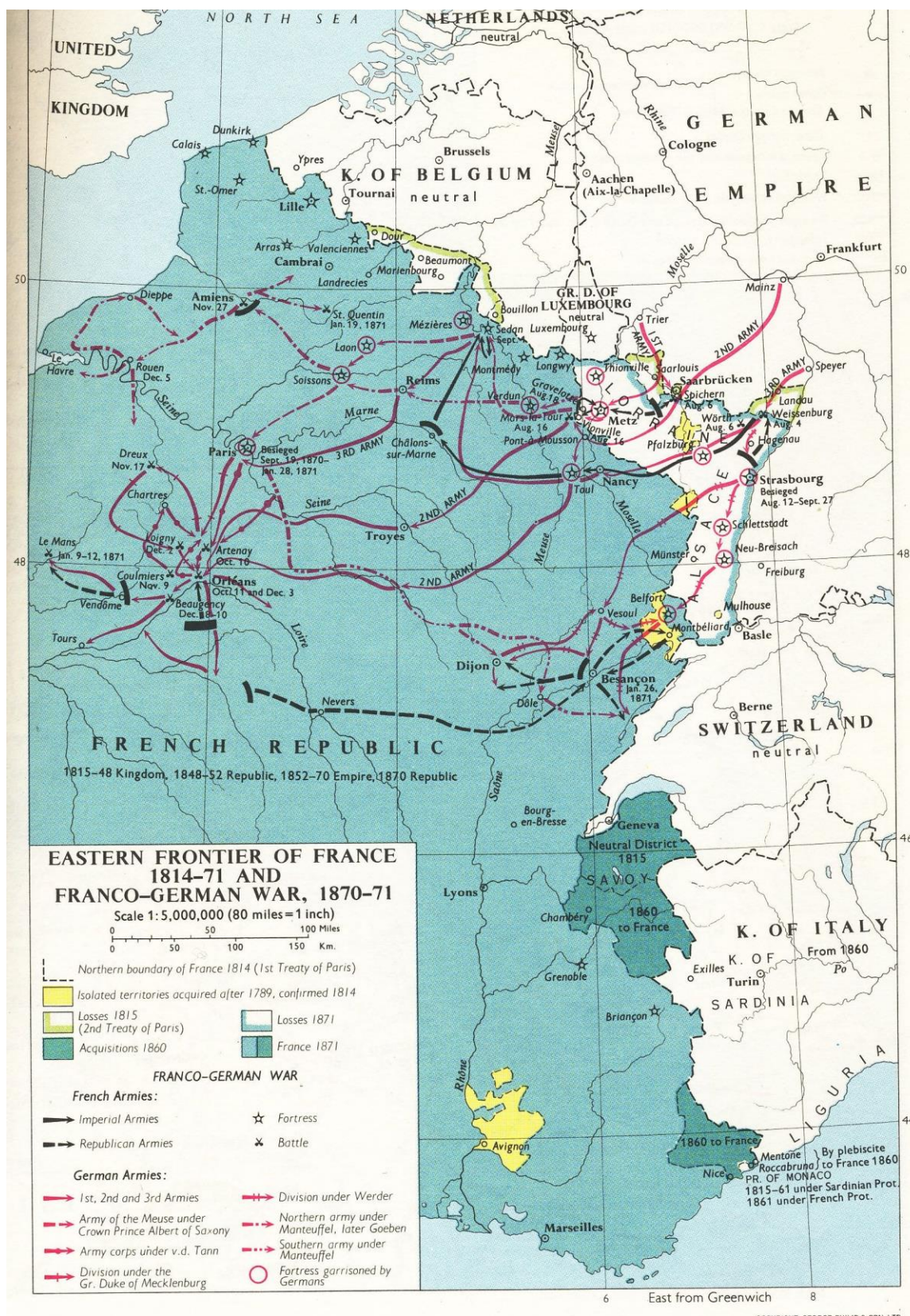
Os prussianos adotaram uma tática eminentemente ofensiva. Inicialmente as posições defensivas inimigas eram maciçamente batidas por fogos de artilharia; em seguida, batalhões progrediam em direção ao inimigo divididos em companhias, que, por sua vez, avançavam em colunas. A uma determinada distância do inimigo, os pelotões que estavam à frente de suas companhias formavam linhas de atiradores e avançavam aceleradamente até a distância de 400 metros (alcance útil de um tiro de fuzil); a partir dessa distância, os pelotões vanguardeiros avançavam e procuravam proteger-se, fazendo uso de cobertas e abrigos e de seus fogos. As ações dos pelotões vanguardeiros visavam proteger o deslocamento do restante da companhia que, aproveitando-se do engajamento do inimigo, deveria desbordá-lo. Apesar das manobras, o número de baixas no avanço era elevado, pois as formações, demasiadamente densas, ficavam por longo tempo expostas ao fogo adversário. (LACERDA, 2015, p. 215).

Lacerda (2015) faz uma comparação entre os armamentos prussianos e franceses, de forma a mostrar que a confiança que os últimos depositavam em seu armamento não foi suficiente para suprir as deficiências doutrinárias crônicas de seu exército.

Os franceses, utilizavam o fuzil Chassepot, que possuía a espoleta na parte posterior do cartucho, diminuindo as falhas, permitindo ainda a possibilidade de contar com uma carga de pólvora maior, aumentando o seu alcance. Esses aspectos aumentaram a segurança dos franceses em seu armamento, o que levou à adoção de uma estratégia defensiva com as suas posições batidas por fogos de artilharia. Atiradores, em boas posições e com bons campos de tiro, posicionavam-se em linha, procurando, com seu fogo, deter o avanço do inimigo. Devido aos avanços nos armamentos, as tropas de cavalaria ficaram muito vulneráveis tendo pouca utilidade (KITCHEN, 2013; LACERDA, 2015).

A figura a seguir ilustra a facilidade com que os prussianos penetraram no território francês, o que levou à resolução relativamente rápida do conflito para os padrões da época.

Figura 7- Frente Ocidental e movimento das tropas durante a Guerra Franco-Prussiana



Fonte: Darby (1970)

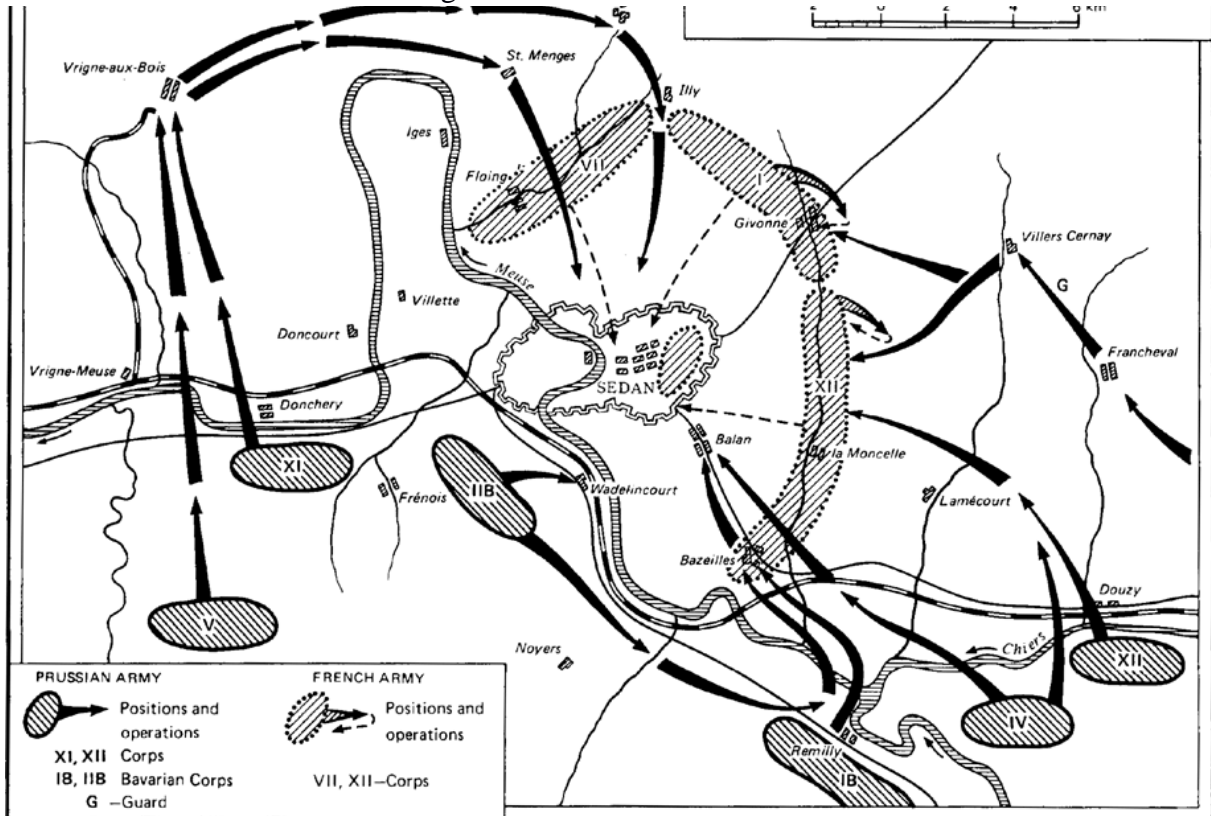
Os comandantes franceses, Achile Bazaine e Marie E. MacMahon, tinham a intenção de dividir as forças alemãs invadindo seu território com dois exércitos de campanha, sendo uma maneira de derrotá-las por partes. Seria uma estratégia eficaz se a eficiência do planejamento prussiano tivesse não frustrado um aspecto crucial: a iniciativa proporcionada pela ação ofensiva. Os prussianos rechaçaram as tropas francesas na fronteira, penetrando com rapidez em seu território (LACERDA, 2015).

Lacerda (2015, p. 212) sucintamente descreve o desenrolar da fase principal da guerra, sendo

O exército comandado por Bazaine, composto por cento e setenta mil homens, ficou cercado em Metz. O de MacMahon recuou até Chalons, de onde, com a presença de Napoleão III, deslocou-se para Sedan. Desta localidade, Napoleão III e MacMahon pretendiam deslocar suas tropas para Metz, a fim de socorrer Bazaine. Os prussianos, porém, em 31 de agosto, cercaram-nas antes de saírem de Sedan. Os franceses sitiados acabaram se rendendo, depois de sofrerem pesados fogos de artilharia e tentarem sem êxito romper o cerco a que estavam submetidos. Napoleão III, Macmahon e aproximadamente cemmil homens foram feitos prisioneiros.

A figura a seguir ilustra o envolvimento do exército francês que acaba cercado na cidade de Sedan, que acarretou na rendição do exército francês junto com Napoleão III, seu imperador.

Figura 8 – A Batalha de Sedan



Fonte: <https://www.military-history.us/2011/11/battle-analysis-sedan-1870/>

A continuação dos conflitos pela Comuna de Paris, conforme descreve Kitchen (2013), serviu apenas para aumentar a angústia da França já condenada à derrota, pois como Lacerda (2015) e Kitchen (2013) observam, seu fracasso deveu-se mais a falhas doutrinárias que falta de efetivos ou vontade de lutar, como julgava a nova república francesa.

Não aceitando a derrota de seu exército e de Napoleão III, uma república de cunho socialista, denominada Comuna de Paris, é declarada na capital francesa e anuncia aceitar negociar a paz mediante garantia da segurança do território francês, termos que são rejeitados pelos prussianos (KITCHEN, 2013).

Ainda segundo Kitchen (2013, p. 122):

A República francesa, sob a liderança de Gambetta, criou um exército de guerrilheiros que travou uma brutal batalha de guerrilha sangrenta, descrita de maneira angustiante nas histórias de Guy de Maupassant, na tentativa desesperada de impedir a separação da Alsácia e Lorena. Em meados de setembro, os alemães sitiaram Paris, e no final de janeiro o governo republicano concordou com um armistício. Um tratado de paz preliminar foi assinado em 26 de fevereiro, no qual a França perderia a Alsácia e a Lorena e pagaria uma indenização de 5 bilhões de francos.

A figura a seguir ilustra o encontro do imperador Napoleão III e o chanceler prussiano Otto von Bismarck. É um momento marcante, pois a rendição de Napoleão rompe a imagem gloriosa que este tentara construir a partir dos feitos de seu tio, Napoleão I e levaria à sua deposição pela Comuna de Paris.

Figura 9 - Napoleão III e Otto von Bismarck após a Batalha de Sedan



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:BismarckundNapoleonIII.jpg>

4.3.5. O Império Alemão e a 1ª Guerra Mundial (1871 – 1918)

O Império Alemão começa com uma diferença crucial que mudaria a sua dinâmica interna paulatinamente, diluindo o predomínio da Prússia sobre os demais Estados: não era mais uma Confederação de Estados independentes, como na Confederação Germânica, mas sim um Estado Federal, com o poder centralizado na figura do *Kaiser*. Essa transição gradual pode ser observada nas disputas de poder entre a monarquia e o Legislativo, e as suas consequências na doutrina militar alemã.

O 2º Reich duraria 47 anos, e era responsável pelas seguintes áreas: política externa, militar, econômica e social. Seu poder soberano estava no *Bundesrat*, (tendo como seu presidente hereditário, o Kaiser), e o chanceler o presidente do Estado federal. O Kaiser se tornou um símbolo de unidade nacional, assim como o Reichstag, lugar onde qualquer nova lei precisava passar para poder ser criada, onde também eram aprovados os orçamentos anuais, com exceção do orçamento militar, e aumentos de receita nacionais (KITCHEN, 2013).

Fulbrook (2018) amplia o panorama abordado por Kitchen (2013), apresentando fatores sócio-econômicos que influenciariam na política e mentalidade alemãs no período posterior à guerra Franco-Prussiana até à 1ª Guerra Mundial.

De 1871 a 1914, a Alemanha passou uma série de mudanças que transformariam radicalmente sua natureza: a população aumenta quase três quartos, acarretando no crescimento das cidades inchadas por jovens em buscas de novas oportunidades em centros industriais. Apesar de prolongados períodos de instabilidade econômica e crises frequentes até o final dos anos 1890, a Alemanha passou por um segundo aumento rápido da industrialização. A produção industrial multiplicou em cinco vezes, enquanto que a britânica dobrou no mesmo período. As antigas indústrias de carvão e ferro foram transformadas em empresas químicas e elétricas (FULBROOK, 2018).

Ao contrário da Grã-Bretanha, a intervenção estatal era considerável e um pequeno grupo de importantes bancos de investimento exerciam papel fundamental o que levou ao fato de ocorrer uma cartelização e concentração econômica cada vez maiores. No governo de 1894-1900, foi restaurado o “casamento entre o ferro e o centeio”, com compromissos entre as elites agrárias e industriais buscaram unir suas diferenças contra um inimigo comum, o que também leva ao início de políticas externas mais agressivas e a fundação da Liga Naval em 1898 que, em conjunto com a Liga Pan-germânica (*Alldeutscher Verband*), criada em 1893, era um importante grupo de pressão que recebeu considerável financiamento de industrialistas como Krupp (FULBROOK, 2018).

As forças Armadas eram um elemento central no 2º Reich, sendo este um Estado Militar. Dos quatro exércitos que compunham o exército federal, o prussiano era o maior. Apesar dos outros três deverem obediência à Baviera, Württemberg e Saxônia respectivamente, todos respondiam ao *Kaiser* na guerra. Somente o exército da Baviera era independente em tempos de paz, os demais seguiam os padrões e liderança prussiana em suas organizações, instrução e armamentos (KITCHEN, 2013).

O orçamento militar era um dos processos definidos a nível federal. O exército federal era assim como o ministro da Guerra (e presidente da Comissão Militar do *Bundesrat*)

prussiano. Os militares estavam fora da constituição e do controle parlamentar, sendo submetidos exclusivamente ao Kaiser e seu *Kommandogewalt*. Este comando estava preparado para atuar tanto contra uma revolução interna quanto uma agressão externa e não era obrigado a consultar autoridades civis para isso. (KITCHEN, 2013)

O custo com as forças armadas, cujo crescimento se intensificou durante a construção de uma esquadra de alto-mar, nos anos 1898, acabou deixando claro que a influência do *Reichstag* nas questões militares era bastante intensa. Pelo fato do *Reichstag* controlar o dinheiro público e seu emprego, o ministro da Guerra, principal responsável pelo orçamento, na Prússia, ficou impedido de utilizar seu poder de comando e teve que começar a prestar contas ao parlamento. Devido a isto, o Exército permanecia arredio ao parlamento, sendo um “Estado dentro do Estado” (KITCHEN, 2013).

Ainda que o kaiser, com seu *Kommandogewalt* tivesse controle militar absoluto, não foi suficiente para se sustentar diante do Ministério da Guerra, o estado-maior geral, o Gabinete Militar e a *maison militaire* (grupo de militares que compunham o círculo íntimo do Kaiser) cujas correntes discussões pautavam-se sobre as áreas de atuação dos setores.(KITCHEN, 2013).

As discórdias e o isolamento ocorrido entre as esferas políticas e militares levou o Estado-Maior a permanecer planejando as operações de guerras hipotéticas e prováveis sem uma coordenação com os objetivos nacionais, o que levou à um estado de desorganização interna.

Antes do término da guerra o estado-maior geral iniciou a organização e elaboração de uma espécie de guerra preventiva, que começaria contra a França, seguindo contra a Rússia. Esses planos não viraram realidade com Bismarck resolvendo as crises de 1874-75 e 1896-97. Bismarck esforçava-se em manter os militares sob o controle político, enquanto Guilherme II desrespeitava ordens do Ministério das Relações Exteriores, absorvendo informações dos relatórios dos conselheiros militares do exército e da marinha, cujas descrições, relatavam cenários sombrios a respeito dos vizinhos da Alemanha e seus interesses bélicos (KITCHEN, 2013).

Bismarck esforçava-se em manter os militares sob o controle político, enquanto Guilherme II passava por cima do Ministério das Relações Exteriores e confiava nos relatórios dos adidos do exército e da marinha, que por sua vez, descreviam cenários sombrios a respeito dos vizinhos da Alemanha (KITCHEN, 2013).

O conde Alfred von Schlieffen sucedeu Waldersee e frustrou Clausewitz ao afirmar que a guerra era um assunto sério demais para a opinião de civis, sendo estes e o Kaiser excluídos

do Conselho de Guerra de 1912. O plano que visualizara e que fora batizado com seu nome consistia em invadir a França através dos países neutros, Bélgica e Holanda, e foi mostrado aos três chanceleres seguintes a Caprivi, sendo que nenhum deles acreditou ser importante analisar suas consequências políticas. Durante uma ofensiva no leste (*Ostaumfmarschplan*), o plano fora deixado de lado, finalmente em 1913 (KITCHEN, 2013).

A única alternativa do exército alemão era invadir a França, porém, isso resultaria no envolvimento da Inglaterra como consequência da invasão à Bélgica. A possibilidade de uma invasão à Holanda foi posteriormente abandonada pelo sucessor de Schlieffen. Não houve algum contato com a marinha pela força terrestre, além disso, nenhuma parte do exército buscou observar as consequências da sua falha em romper com o bloqueio britânico. Os militares mais vanguardistas opinavam com insegurança diante do Plano de Schieffen e para os presságios de uma guerra duradoura, fato que não foi levado em conta e para o qual não foram feitos preparativos (KITCHEN, 2013).

O fato de não se levar em conta os alertas quanto a duração da guerra teve consequências trágicas para os exércitos beligerantes. Diretamente envolvido na causa dessa linha de pensamento deveu-se à mentalidade dos oficiais alemães da época.

A permanência na constituição não era um objetivo do militares, pois, buscavam a autoafirmação e a diferenciação extrema dos civis, através de seus códigos de honra e leis exclusivas, o que gerou conflitos que foram minando as bases da monarquia militar, fortalecendo as frentes e ficando mais difícil de evitar uma guerra com o objetivo de solucionar as tensões provocadas. Em 1860, boa parte do corpo de oficiais da Prússia provinha da aristocracia, sendo a proporção ainda mais alta dentro do Estado-Maior geral e em alguns regimentos (KITCHEN, 2013).

Com o aumento do efetivo do exército, o número de oficiais oriundos da aristocracia era diminuído, o que levantou a dúvida de que, se um aumento ainda maior não provocaria o exército por inteiro, torando-o fraco e com maior chance de ser derrotado. Questionava-se se um exército com grande concentração de burgueses liberais e proletários social-democratas poderia manter a ordem interna e atuar em batalhas decisivas como a de Sedan (KITCHEN, 2013).

Da mesma forma que desconfiaram os oficiais franceses da lealdade dos soldados com orientações políticas duvidosas com o ingresso em massa de novos recrutas, entretanto o Plano Schlieffen tinha como pré-requisito a necessidade de recrutamento. Conforme Kitchen (2013, p.131), o Plano de Schlieffen dependia de um exército com grande efetivo para ter sucesso em seus objetivos, e “quanto maior o número de soldados, maior a importância do *Reichstag*, o que

turvaria a distinção entre civis e militares”. Todavia, o aumento do número de soldados, pela Liga do Exército provocava desaprovação à comitiva militar do Kaiser.

Observa-se um retrocesso no profissionalismo do corpo de oficiais, com a utilização das promoções baseadas no conceito ou origem do militar em detrimento do merecimento, como havia sido feito na época das reformas militares de Moltke, como observa Kitchen (2013). Segundo o autor, a maioria dos oficiais que ocupavam postos de coronel e superiores no exército da Prússia, formava a base constituinte da aristocracia no período de 1913. Cabendo ressaltar que não era através de provas que estes oficiais adentravam ao serviço militar, mas escolhidos por comandantes das unidades militares. Tal procedimento favorecia a escolha de um “tipo” específico, com personalidades e histórias semelhantes, ao que se buscava, ou seja, homens pertencentes à burguesia e que compartilhassem de ideologia semelhante. Judeus e comerciantes eram impedidos de ingressarem, e os salários muito inferiores, obrigavam a busca por rendas extras. Os oficiais burgueses endossavam os costumes e o código de honra dos aristocratas, sendo ativamente contrários a serem superados por civis. Na marinha, embora tivesse uma realidade um pouco diferente, a aristocracia também se mostrava presente. Esse modelo tornou os dois corpos de oficiais distantes da qualidade técnica, e mais próximos de uma casta, mesmo encontrando admiração na sociedade pelo seu “duplo militarismo” (KITCHEN, 2013).

Por fim, um dos conceitos de Moltke que mais prevaleceram na cultura alemã, herança das guerras do século XIX, foi a transmissão de valores militares para a sociedade através da educação militar proporcionada pelo serviço militar obrigatório.

As virtudes militares, de extremo valor para a sociedade civil daquele contexto, reforçavam a expectativa pela guerra, se estendendo desde o apoio às ligas militares e grêmios estudantis, até mesmo ao serem absorvidas pelo modo de vestir das crianças, sendo obrigadas a performarem pequenas vestimentas militares. Tal processo configurou-se como um aspecto impeditivo do avanço político e do desenvolvimento social (KITCHEN, 2013).

4.4. A INFLUÊNCIA DA DOUTRINA ALEMÃ NA DOUTRINA MILITAR OCIDENTAL

De forma a se fazer uma análise profunda e concisa da influência da doutrina militar alemã nos exércitos ocidentais, optou-se por analisar a situação das principais potências europeias que rivalizavam com a Alemanha na época após os conflitos de 1866 e 1871. A doutrina acabou por determinar muitas estratégias e ações realizadas por essas mesmas potências na posição de antagonistas da Alemanha durante os combates da 1ª Guerra Mundial,

sendo tratada exclusivamente em um subtítulo deste capítulo. O estudo das consequências dos conceitos da doutrina alemã em conjunto com os avanços tecnológicos é crucial para a compreensão das condutas adotadas durante a guerra de 1914 e as suas consequências. Por fim, analisa-se algumas medidas adotadas até os dias atuais por diversos exércitos, utilizando o Exército Brasileiro como exemplo, que tem relação ou foram de alguma forma inspiradas em aspectos considerados eficazes ou relevantes desenvolvidos pela doutrina militar alemã no século XIX.

4.4.1. França

Por ser a principal nação rival da Alemanha durante os conflitos do século XIX até a primeira metade do século XX, inicia-se a análise das influências da doutrina militar alemã no exército francês. Os oficiais franceses não deram atenção às medidas de Moltke e as condutas do exército prussiano até 1871, somente após a sua derrocada aceitaram a necessidade de reformas organizacionais e atualização doutrinária. Revisando especificamente o conflito de 1871 que serviu de clímax para essa percepção, destaca-se as principais características e condutas adotados pelos dois lados que resultaram no desfecho favorável aos alemães

A mobilização prussiana funcionara como previram os planos de Moltke e, apesar de erros pontuais como ocorrera contra a Áustria, conseguiu-se reunir expressivos efetivos em um curto espaço de tempo que tornaram-se fator letal para a debilidade dos planos franceses. De forma desordenada, os franceses procuraram concentrar-se em pontos estratégicos de forma a economizar tempo e organizar sua malha logística. No entanto, a falta de preparo na primeira e lacunas na segunda mostraram-se incapacitantes. Tendo perdido a iniciativa, foram forçados a uma série de batalhas defensivas, confirmando as palavras de Moltke sobre a fragilidade dos planos frente à imprevisibilidade da guerra e ao fato dos comandantes serem obrigados a tomar decisões com base em situações imprevistas (GATES, 2001).

Gates disserta primeiro sobre a natureza da guerra na ótica dos dois exércitos beligerantes e continua tratando especificamente a respeito das possibilidades tecnológicas e aspectos doutrinários de cada um:

Neste contexto, mesmo possuindo o Chassepot superior alcance e tempo de percussão superior ao Dreyse, a artilharia alemã dotada de canhões Krupp oferecia vantagens táticas bombardeando à distância o terreno. Doutrina e tecnologia ultrapassadas contribuíram para o desfecho do conflito. As espoletas de percussão se mostraram mais confiáveis que as de temporização usadas pelos franceses que criavam possibilidades para a infantaria alemã se aproximasse demasiadamente das baterias inimigas. Preso às tradições doutrinárias, os franceses

mantinham muita baterias em reserva para emprego em momentos decisivos, que sendo repelidas pelo fogo da infantaria alemã. Outro aspecto ultrapassado foi o uso de improvisos no emprego da infantaria, apelidade de “Sistema D”, aspecto que arrefeceu a bravura e a elevada moral do infante francês que era conhecido por sua resiliência e agressividade. Apesar de ambos os lados não conseguirem fazer uso extenso da ação de choque da cavalaria, os ulanos e hussardos prussianos percorriam o campo de batalha livremente, os hussardos franceses não ousavam afastar-se do apoio da infantaria, mostrando-se ineficaz para realizar reconhecimentos e outras atividades, tornando-se um braço mais ineficaz do que multiplicador do poder de combate (GATES, 2001).

Aqui verifica-se que mesmo contando com tecnologias para fazer frente ao poder de fogo prussiano, em outros armamentos os franceses encontravam-se desatualizados, mas não tanto quanto na sua forma de combater. O improvisado do sistema D prejudicava demasiadamente o potencial da infantaria francesa e a hesitação da cavalaria francesa retirava a capacidades de emprego tático essenciais como a coleta de informações por meio de reconhecimento, a perseguição de possíveis movimentos retrógrados inimigos e ação de choque, muito exploradas pela cavalaria prussiana. Apesar das adversidades, os franceses tentaram cobrir suas deficiências qualitativas com a quantidade, com uma espécie de recrutamento em massa como ocorrera na época de Napoleão I, que mostrou-se ineficaz por diversas falhas de organização internas.

A vitória alemã se deveu mais à educação militar superior, a organização do Estado-Maior e seu comandante, Moltke do que táticas ou estratégias superiores pois a sua mobilização, combinada com o tamanho enxuto de seus escalão de comando proporcionou um efetivo superior nas primeiras batalhas. Como até então os generais franceses não haviam tido a necessidade de pensar em mobilizações rápidas pela condução de pequenas operações, entretanto aplicando o pensamento de Moltke, um padrão surgiu no campo de batalha, dando prioridade as operações ofensivas principalmente as manobras envolventes e de flanqueamento envolvendo largas frentes e tropas em profundidade os franceses acabaram sendo cercados (GATES, 2001).

Apesar do esforço francês em fornecer equipamento, treinamento e soldados experientes, oficiais e membros de unidades técnicas como artilheiros e engenheiros eram escassos, o crescente influxo de soldados inexperientes agravou a coesão das unidades e os meios disponibilizados era inapropriado para o frio e as chuvas europeias, que combinados com a fome contribuíram para minar as forças morais dos soldados franceses e sua indisciplina

durante marchas e deslocamentos prejudicava o controle dos efetivos que aumentavam com o crescente influxo de soldados inexperientes agravou a coesão das unidades (GATES, 2001).

Antes do conflito de 1871, a França envolvera-se em questões coloniais em locais cujo clima era mais quente como a África o que levou à utilização de materiais que não condiziam com o clima europeu. Mesmo com as dificuldades encontradas nestes locais, ainda não haviam motivos suficientes para os oficiais franceses mudarem sua opinião conservadora. Outro fator importante é a pouca existência de soldados profissionais, fato já previsto por Moltke e antecessores, favorecendo a educação militar através do aumento do tempo de serviço e a sua obrigatoriedade. Entretanto, frente às derrotas rápidas frente à eficácia prussiana no próprio território e a vergonha imposta frente à comunidade internacional, forçou a mudança de atitude, como resume o livro de História da Doutrina Militar da Academia Militar das Agulhas Negras (1979, p.105):

Os ensinamentos colhidos com a derrota alertaram a nação francesa. Realmente, logo depois da guerra, o exército francês se reorganizou e adotou o serviço militar obrigatório. Vivendo com pensamento de revanche, tirando proveito as lições da derrota, readquiriu seu espírito ofensivo e criou uma doutrina ofensiva.

Gates (2001) complementa essa afirmação descrevendo como ocorreram essas mudanças e os pensadores responsáveis pelas reformas que acabaram justificadas por conflitos fora do território francês entre outros países e o crescimento do poder político, militar e alemão que tornavam mais iminentes os sinais de uma nova guerra.

Pensadores militares proeminente na França como Langlois, comandante da Escola de Guerra e Foch, professor desta escola passaram a adotar doutrinas ofensivas justificando a sua adoção com exemplos históricos, já que Foch lecionava história militar, estratégias e táticas aplicadas. Novas medidas de recrutamento com objetivo de armar a nação e encerrar todas as exceções sociais e educacionais reduzir a moral francesa ainda abalada com a derrota para os prussianos. A obra foi lançada em 1903, em meio a atribulações políticas e o crescimento do Império Alemão como potência mundial. Neste contexto, defendiam a ênfase nas forças morais, no espírito de corpo e nas operações ofensivas, este último aspecto muito debatido não só na França, pois a vitória do Japão na Guerra Russo-Japonesa elevou-o ao patamar de potência mundial (GATES, 2001).

O chamado “revanchismo francês”, espírito que guiou e serviu não só para a realização das reformas militares necessárias, como também de combustível para a mudança de uma mentalidade de estratégias defensivas para uma voltada a operações ofensivas que serviram de base para os seus planejamentos que culminaram no Plano XVIII. Plano este que contava como

pré-requisito, a utilização de grandes efetivos, que seriam fornecidos pelos novos planos de recrutamento e serviço militar a serem implementados até o desencadeamento da guerra de 1914.

4.4.2. Grã-Bretanha

O império inglês foi afetado de forma mais indireta pelos princípios e condutas adotados pelos alemães, precisando sofrer na prática a consequência da defasagem da sua doutrina aos novos tempos e formas de combate, o que acarretou em uma atualização mais lenta e gradual aos moldes do modelo alemão, como descreve Gates.

Em 1886, foi organizado de um corpo expedicionário dedicado, mas as recomendações da Comissão Hartington de 1888 não foram implementadas na íntegra, deixando o exército sem recursos humanos modernos que poderiam ter coordenado de forma eficiente a defesa do império. Não existia uma base teórica para guerras de grandes proporções o que influenciou no fraco desempenho do exército britânico na Guerra dos Bôeres. Apesar das poucas reformas com o programa de Cardwell de 1871, os ingleses estavam defasados com relação às demais as potências européias que rapidamente adotaram a doutrina militar alemã com o desfecho do conflito franco-prussiano. Mesmo com a atualização de seus armamentos, recrutamento regional, batalhões "vinculados" e o alistamento de serviços de curta duração que ajudaram a criar um força profissional e eficiente. A reserva do exército permaneceu fraca pois o número de voluntários não supriu a demanda e o serviço militar obrigatório não foi adotado (GATES, 2001).

Alguns militares ingleses já haviam despertado, apesar de não possuírem grandes pensadores como Scharnhorst, Clausewitz e Moltke, para a necessidade de atualização quanto aos aspectos do combate moderno, tendo apresentado reformas ao sistema organizacional utilizado até então pelo império inglês. Outros fatores cruciais, como por exemplo o serviço militar, não tiveram a mesma importância aos olhos ingleses e foram descartados, o que acarretou em uma reforma parcial e incompleta às novas formas de combate.

O império também foi capaz de fazer uso de uma ferrovia militar junto com um telégrafo adjacente durante a Guerra Madista, ocasião que provaram a sua importância como fator militar. Em um processo de nacionalização gradual, o Escritório Imperial Ferroviário adquiriu 12.000 quilômetros de trilhos pertencentes a empresas entre 1879 e 1884 e mais 3400 quilômetros até 1904 (GATES, 2001).

Os ingleses acabaram por chegar as mesmas conclusões que Moltke quanto à importância das novas tecnologias, como o uso militar da malha ferroviária e a coordenação

dos elementos subordinados através do telégrafo, na prática. As tribulações em seus territórios coloniais como o Egito serviram de laboratório para experimentações doutrinárias que levaram a uma lenta afinação da doutrina britânica à alemã quanto ao uso dessas tecnologias.

4.4.3 Império Russo

As outras potências europeias não permaneceram indiferentes aos acontecimentos da guerra de 1871, e seu desfecho surpreendeu ou assombrou muitos líderes, entre eles o soberano de um dos maiores poderes militares da época, a Rússia. Tão logo terminara o conflito, o czar emitira suas diretrizes prevendo um possível confronto envolvendo seu império contra a emergência do poder alemão.

A doutrina de batalhas decisivas que Moltke herdara de Clausewitz, combinada com a preparação antecipada influenciou o pensamento do czar Alexandre III na ação rápida e resoluta na ocasião de crises. No caso de um conflito entre alemães e franceses, defendia o ataque imediato ao Império Alemão de forma a não lhes dar a oportunidade de atacar as forças russas após a vitória sobre os franceses (GATES, 2001).

Pouco mais de trinta anos após o fim da guerra Franco-Prussiana, os russos aprenderam no campo de batalha a necessidade de uma reforma aos moldes da doutrina alemã, passada para os japoneses através de seus instrutores alemães. Os japoneses, dentro do contexto de uma revolução cultural interna conhecida como Revolução Meiji, com intuito de, entre outras medidas, atualizar as suas milenares doutrinas militares com o objetivo de tornar-se uma potência mundial, recorreu aos países mais expoentes da época de forma a adquirir os mais atualizados e eficientes doutrinas militares da época, os ingleses e alemães.

A guerra Russo-Japonesa testemunhou o embate entre os soldados japoneses, que receberam treinamento de oficiais ingleses e alemães, contra os soldados russos com uma alta reputação no continente europeu. Os japoneses mostraram aos russos que, apesar das vantagens de novos armamentos e de tecnologias inovadoras que ambos lados possuíam e que seriam utilizadas tempos depois durante a 1ª Guerra Mundial como, por exemplo, o arame farpado, estratégias ofensivas ainda poderiam ser bem-sucedidas, desde que planejadas minuciosamente aliadas ao alto grau de forças morais frente ao número de baixas (GATES, 2001).

4.4.4 1ª Guerra Mundial

A escalada das tensões entre as nações do período imperialista compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, gerou uma corrida armamentista gerando armas

cada vez mais potentes e letais. Entretanto, a doutrina militar não evoluiu da mesma forma, o pensamento coletivo europeu é sintetizado por Neiberg.

A maioria dos europeus não aprendeu as lições cruciais da Guerra Civil Americana. Eles preferiram se concentrar nas três vitórias rápidas da Prússia que ocorreram no mesmo período de tempo. Essas guerras pareciam confirmar o que a maioria dos europeus queria acreditar: que vitórias rápidas e relativamente baratas ainda eram possíveis. Essa crença cegou os europeus ao verdadeiro poder das armas contemporâneas. Como resultado, a doutrina militar européia entre 1871 e 1914 se concentrou em ofensivas e na busca de uma campanha rápida e decisiva (NEIBERG, 2001). Esta linha de pensamento enraizada no ideário europeu, aliada à doutrina militar vigente cegou os cidadãos das potências que se envolveriam nos combates a partir de 1914, que acorreram aos postos de recrutamento e os líderes militares responsáveis pela preparação e emprego dos exércitos de seus países levaria à consequências funestas para todos os envolvidos. Neiberg analisa o impasse gerado pelos planos formulados no período anterior à guerra, baseados na doutrina herdada do século anterior e aponta as consequências destes com a nova realidade tecnológica do combate.

Uma das heranças dos conflitos do século XIX foram os programas de recrutamento militar em grande escala, outra foi o sentimento de patriotismo que, combinados com os ideais de masculinidade e honra pessoal. Esses dois aspectos levaram ao alistamento em massa de homens para a guerra iniciada em 1914, que, conforme acreditavam os oficiais dos exércitos beligerantes, seria curto não preparando a si e seus homens para um combate de longa duração de escala industrial. Seus Estado-maiores estavam comprometidos na elaboração de planos grandiosos, complicados, inflexíveis e encobertos por grande sigilo, mas preparados para ser prontamente empregados. O plano alemão, chamado Plano Schlieffen, é o mais lembrado e tinha como objetivo resolver o problema estratégico da delicada situação geopolítica da Alemanha, de forma a evitar uma guerra com duas frentes, confinada entre o revanchismo francês e o colossal poder militar russo. Segundo o plano os franceses seriam vencidos em um período de seis semanas através de uma manobra flanqueante que necessitaria a invasão da Bélgica, fato que os ingleses anunciaram ser inaceitável tendo em vista seus interesses econômicos, e ,após a tomada de Paris, concentrariam seus esforços contra os russos que, segundo supunham, demorariam mais tempo para mobilizar as suas forças (NEIBERG, 2001).

A doutrina elaborada no período pré-guerra por todos os exércitos europeus envolvia o uso de trincheiras. No mesmo ano em que os combates começaram, a frente ocidental esbarrou em uma frente de 40 mil quilômetros de extensão o que ocasionou em um impasse doutrinário e estratégico. Os armamentos frutos do período industrial desenvolveu uma potência defensiva

que escapou ao planejamento dos Estados-Maiores, servindo para barrar a doutrina ofensiva de seus planos. O campo de batalha estava tomado por máquinas de guerra, sendo as linhas de frente dominadas por metralhadoras que, uma única peça tinha a o poder e cadência de fogo suficientes para fazer frente ao efetivo de um batalhão. As peças de Artilharia se tornaram a armas mais temidas e mortais, com enorme alcance e poder de fogo que demandavam grande número de munições e homens. Na tentativa de resolver esse impasse, os comandantes repetiam os fogos de barragem de Artilharia seguidas de repetidas ofensivas de infantaria para conquistar as trincheiras inimigas apesar do enorme custo em baixas, o que fez desaparecer dos entusiasmos da ideia de uma guerra curta e o heroísmo se tornara irrelevante (NEIBERG, 2001).

Não conseguindo divisar uma solução doutrinária para o impasse imposto pelas doutrinas desatualizada, o poder de fogo dos armamentos e as trincheiras, os comandantes militares foram utilizando os conhecimentos e táticas conhecidos à custa de um alto número de baixas no campo de batalha, o que transformou a guerra altamente estática, não podendo contar com a mobilidade e ação de choque da cavalaria que se tornara muito vulnerável para decidir os combates, em seu primeiro momento no que tange a posição das linhas de frente, sendo utilizadas quase que exclusivamente a Artilharia e a Infantaria. O impasse só seria resolvido próximo do fim da guerra com a introdução de novas tecnologias que amenizariam o dano imposto às tropas e revitalizariam as guerras de movimento,.

Apesar da eficiente mobilização e artilharia alemãs, seu avanço foi atrasado pela forte resistência belga colocando em risco o cronograma do Plano Schlieffen. O plano francês, batizado de Plano XVII, transformou-se em um desastre ao ter tropas dizimadas durante a ofensiva contra as fortificações alemãs na Alsácia-Lorena. Aliado ao fracasso, o medo de um cerco iminente tomou conta dos franceses que começaram a evacuar Paris, que só não foi tomada por causa do “Milagre do Marne”, ocasião que os alemães precisaram deslocar suas forças para a frente russa antes do planejado (NEIBERG, 2001).

O número absurdo de baixas gerado, até então sem precedentes, pelos impasses doutrinários e suas tentativas de resolução e o poder de fogo e letalidade dos armamentos utilizados, acabariam por ser traumatizantes para a psique coletiva europeia durante o período entre guerras a partir de 1918. As principais potências europeias acabariam por se afastar e rejeitar a ideia de novas guerras, com exceção da Alemanha devido à humilhação imposta pelo tratado de Versalhes.

4.4.5 Brasil

Apesar de escolher seguir a doutrina militar francesa após o desfecho da 1ª Guerra Mundial, fato que se verificou com a chamada Missão Francesa na qual militares do Exército Brasileiro receberam ensinamentos diretamente de oficiais franceses, a própria doutrina francesa herdara aspectos doutrinários da Alemanha. Um destes é a implementação do serviço militar obrigatório que, apesar de um projeto de lei poucos anos após o fim da guerra franco-prussiana, foi efetivamente implantado em 1917. A sua manutenção até hoje é justificada como consta na página eletrônica referente ao serviço militar do Governo Federal do Brasil:

Essencial para a mobilização do povo brasileiro em defesa da soberania nacional, o Serviço Militar Obrigatório visa o provimento de quadros para as Forças Armadas, a partir da seleção e incorporação de jovens representantes de todas as classes sociais e regiões do País. O alistamento é obrigatório para os cidadãos do sexo masculino, no ano que completa 18 anos de idade. (BRASIL, 2013)

Os princípios de mobilização nacional aliadas a uma formação militar de caráter obrigatório e universal, ressaltam os princípios defendidos por Moltke na construção de efetivos militares profissionais e socialmente diversos de forma a aumentar a garantia de uma força militar mais eficiente. Como o serviço militar também tinha, no entendimento de Moltke, relação direta com a educação da nação, a função educativa do serviço militar obrigatório pode ser verificada na importância dada pelo Exército Brasileiro nos valores militares cultuados no seio da caserna e da vida castrense, como consta na página eletrônica do Exército Brasileiro e do seu Projeto Soldado Cidadão a sua visão sobre estes valores:

Uma nova Força Terrestre para o mesmo Exército, sempre orgulhoso de sua história e apegado aos valores que o sustentam e lhe dão coesão, com forte senso de responsabilidade social, consciente da necessidade de ir além do que prescreve a destinação tradicional de uma força armada, ciente do papel de provedor de necessidades básicas de populações cuja segurança e até mesmo sobrevivência não encontram alternativas que não as proporcionadas pelo "Braço Forte - Mão Amiga" (BRASIL, 2013).

Assim como acreditava Moltke, esses valores militares são amplamente aplicáveis na vida civil e na contribuição destes na construção de uma mão-de-obra apta a contribuir para a infraestrutura e economia do país. O Exército Brasileiro, ciente do potencial da educação militar e a utilidade dos ensinamentos colhidos durante o serviço militar, evoluiu esse conceito com a criação do Projeto Soldado Cidadão no ano de 2004, em que, além da instrução militar, o soldado tem a possibilidade de ingressar em um curso técnico ou profissionalizantes que

facilitam seu ingresso no mercado de trabalho após o término do seu tempo de serviço no Exército.

O resumo do êxito deste projeto pode ser verificado no que consta na página eletrônica do projeto do Ministério da Defesa do Brasil:

O Projeto Soldado Cidadão foi lançado oficialmente pelo Governo Federal em 2004, beneficiando as três Forças Armadas e abrangendo todo o território nacional (26 Estados e o Distrito Federal). Desde a sua origem, há 15 anos, o Projeto já beneficiou mais de 250 mil jovens, caracterizando o compromisso das Forças Armadas com a integração cívico-social dos cidadãos egressos do Serviço Militar e constituindo-se em valiosa colaboração do Ministério da Defesa para o desenvolvimento econômico e social do País (BRASIL, 2013).

Devido a diversos fatores socioeconômicos e políticos, verificou-se uma crise nos valores cultuados no âmbito da sociedade civil no Brasil no início do século XXI. Identificado como uma instituição direcionada por valores que não sofreram com essas influências, mas que afetaram diretamente os seus recursos humanos que ingressam em suas fileiras, o Exército criou no âmbito do seu Departamento de Educação e Cultura (DECEX), o Projeto Raízes, Valores e Tradições, de forma a incentivar e dar ênfase na importância da transmissão e culto desses valores dentro da Força Terrestre, refletindo na formação de novos cidadãos com a conclusão do tempo de serviço militar, como consta na página eletrônica relativa ao projeto do DECEX.

Atualmente, a sociedade brasileira vive uma crescente crise de valores que poderá ter graves reflexos para o Exército. O Projeto Raízes Valores e Tradições pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército foi desenvolvido a partir da necessidade de se internalizar as raízes, os valores e as tradições no âmbito do Exército Brasileiro e de se promover uma maior integração entre o EB e a sociedade. Este projeto tem por objetivos: divulgar o patrimônio histórico do Exército, visando ao fortalecimento dos valores, tradições e ética profissional militar; Incentivar a pesquisa e a difusão da História Militar do Brasil; estimular o culto aos heróis militares nacionais; e conhecer os aspectos históricos da região, Estado e Município onde o militar está servindo (BRASIL, 2018).

Mesmo de forma indireta, é possível verificar claramente as influências da doutrina militar alemã do século XIX em aspectos da doutrina militar organizacional do exército brasileiro que perpetuam até os dias atuais.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar a doutrina militar a partir de uma perspectiva histórica, recurso fundamental para a compreensão e planejamento do presente e do futuro, identificou-se que é de extrema relevância para a contemporaneidade o estudo de doutrinas passadas, desde suas contribuições para o processo de tomada de consciência da força terrestre em determinadas situações, ao entendimento do porquê de ser adotada tal conduta a partir de determinada diretriz, e quais motivos condicionam uma força a seguir uma mentalidade militar em detrimento de outra.

Tal análise demonstrou que, através da comparação entre doutrinas militares anteriores, ao observar seus erros e acertos, torna-se mais seguro realizar um planejamento de uma força militar. Permitindo também, a observação do quanto as doutrinas militares da atualidade são resultantes de uma construção milenar, e baseadas em preceitos que foram se desenvolvendo ao longo do tempo. Como se pôde observar, desde a sua primeira definição, a doutrina militar é um conceito amplo, que tem como um dos principais objetivos proporcionar a melhor administração e funcionamento de uma força, a fim de torná-la mais eficiente e condizente com as necessidades de sua nação, nos mais diversos períodos históricos. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o desenvolvimento da doutrina militar alemã no período histórico compreendido entre os anos 1806 e 1918 e seus reflexos na doutrina militar ocidental.

A elaboração teórico-metodológica deste estudo permitiu uma investigação concisa da construção da doutrina militar alemã ao longo do século XIX. Em linhas gerais, constatou-se que, a sua força motriz - o pensamento militar criador - motivou teóricos e pensadores como Scharnhorst, Clausewitz, Gneisenau, Moltke e Schlieffen, a pensar e criticar as ideias do passado e as vigentes em seu exército com o objetivo de reinventá-lo de forma a garantir a vitória no campo de batalha. O estudo realizado por estes ícones justifica a necessidade do estudo e questionamento de doutrinas e demonstram que estas não podem ser construídas de conceitos abstratos ou por caprichos, mas sim embasadas em combates e acontecimentos pgressos e testados em conflitos de seu tempo.

Constata-se que o objetivo geral foi atendido, porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar os efeitos dessa construção através da análise histórica das fases que compuseram o período analisado (1806-1918). As situações política, econômica e militar de cada fase contou com peculiaridades que interferiram diretamente na aplicação de ideias e reformas na doutrina militar alemã, na adoção ou recusa de ideias externas ou internas à administração da força terrestre.

Alcançando os objetivos específicos deste trabalho, que visavam dissertar sobre o desenvolvimento da doutrina militar alemã a partir das principais mudanças táticas e

tecnológicas, durante a passagem do século XIX ao século XX, pôde-se comprovar ainda, que este não foi um processo exclusivo ao mundo das ideias e conjecturas teóricas, mas um procedimento baseado nos resultados práticos nos diversos conflitos ocorridos, culminando em doutrinas que acabaram tornando-se marcos históricos. O maior exemplo disso, no período estudado, é a doutrina aplicada na Guerra Franco-Prussiana. No evento, houve um ponto de inflexão, onde ocorreu a efetiva transição do pensamento iluminista com resquícios medievais e clássicos para o combate industrial e contemporâneo. Dentro desse contexto, percebeu-se a grande relevância da Revolução Industrial na Europa, que proporcionou avanços vitais para o desenvolvimento da sociedade e economia dos Estados Alemães, e para sua sinergia e influência na melhoria das tecnologias militares e produção de armamentos, cujo impacto afetou sobremaneira os métodos de combate e também contribuiu para tornar a doutrina de 1871 um divisor de águas na doutrina e História militares e suas consequências no primeiro conflito a nível mundial.

Logicamente, a relevância da doutrina militar alemã, verificada nesta pesquisa, não deixaria de influenciar outras forças armadas, que, como mostra o referencial teórico, não ignoraram a magnitude dos acontecimentos ocorridos na guerra entre franceses e prussianos e o impacto do seu resultado nas potências da época, que direta ou indiretamente, foram obrigadas a adaptar suas doutrinas aos moldes do novo modelo de combate contemporâneo. Além de afetar o seu período histórico, é possível verificar que alguns aspectos da doutrina militar alemã transcenderam esse período, influenciando medidas adotadas dois séculos depois, relacionadas de conceitos defendidos por teóricos alemães, como é o caso do Exército Brasileiro (que foi utilizado como exemplo). Aspectos que respondem ao terceiro e último objetivo específico deste estudo, que buscou investigar como a doutrina militar alemã se difundiu e influenciou a doutrina militar dos exércitos ocidentais até o início do século XX.

A realização desta pesquisa demonstrou que, por mais concisa e crítica que uma investigação científica possa ser, na busca de referências bibliográficas e na análise dos dados encontrados, não há como atingir um resultado fechado e categórico sobre o tema, sendo necessário o investimento de mais pesquisas que analisem sistematicamente o desenvolvimento da referente doutrina e os impactos que ela causou nestes e em outros países não destacados neste estudo e em diferentes marcos históricos. Recomenda-se às pesquisas futuras o estudo de outros questionamentos, como por exemplo, a contribuição da doutrina militar alemã para o período entre guerras (1919-1939) ou para a 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

A título de conclusão, reforçamos que todas essas considerações propostas confirmam a importância do estudo de doutrinas militares e da própria História Militar, de forma a não

repetir os erros cometidos por militares pregressos, comparando as decisões tomadas no passado com as do presente, e possibilitando o diagnóstico estratégico do exército ao qual pertence. A partir de então, será possível levantar oportunidades de melhoria e atualizações doutrinárias, para melhor planejar, administrar e conduzir esta força terrestre na defesa dos interesses nacionais.

REFERÊNCIAS

AMAN. Seção de História Militar. **História da Doutrina Militar**. Resende: Editora Acadêmica, 1978.

BRASIL, Departamento de Educação e Cultura do Exército. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.deceex.eb.mil.br/progmecenas/57-noticias/228-projeto-raizes-valores-e-tradicoes-prvt>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL, Governo Federal. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/servico-militar/servico-militar>. Acesso em: 25 mai 2020

BRASIL, Ministério da Defesa. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/valores-militares>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL, Ministério da Defesa. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/servico-militar/projeto-soldado-cidadao>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. EB20-MF-10.102. **Manual Doutrina Militar Terrestre**. 1.ed. 2014.

CARRIAS, Coronel Eugène. **La Pensée Militaire Allemande**. (parte da obra). Presses Universitaires de France. Paris, vol. 3-4, n. 23. p.1281-1289, 1950. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rbph_0035-0818_1950_num_28_3_2071_t1_1281_0000_2. Acesso em 25 Jan. 2020.

DARBY, H. C. Et al. **The New Cambridge Modern History Atlas**. 1 ed. Cambridge University Press. 1970.

DIRLMEIER, Ulf. *et al.* **História Alemã: do século VI aos nossos dias**. 1 ed. Lisboa: Edições Almedina, 2018.

FEREZIN, C. Leituras de Clausewitz no Brasil: uma interpretação da trindade da guerra. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**. São Carlos–SP, v. 22, n. 1p. 102-119, 2013. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Leituras-de-Clausewitz-no-Brasil-uma-interpreta%C3%A7%C3%A3o-da-trindade-da-guerra.pdf>. Acesso em: 25 Jan. 2020.

FULBROOK, Mary. **História Concisa da Alemanha**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2018.

GAT, Azar. **The Origins of Military Thought from the Enlightenment to Clausewitz**. 1 ed. Nova York: Oxford University Press, 1989.

GATES, David. **Warfare in the Nineteenth Century**. 1 ed. Nova York: Palgrave, 2001.

HEGEL, George Wilhelm. F. **A Razão na História - Uma Introdução Geral à Filosofia da História**. (Tradução Beatriz Sidou) 2. Ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HUGHES, Daniel. **Moltke on the Art of War**. 1 ed. Nova York. Presidio Press, 2009.

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna**. 1. ed. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2013.

LACERDA, Paulo H. B; SAVIAN, Elonir. J. **Introdução à História Militar Geral**. 1 ed. Resende: Editora Acadêmica, 2015.

NEIBERG, Michael S. **Warfare in World History**. 1 ed. Londres: Routledge, 2001.

NOVAIS, Fernando A. A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. **Estud. av.** São Paulo, v. 4, n. 8, p. 108-115, Abr. 1990.

PIZZANI, Luciana. *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v 10, n 2, p. 53-66, Out. 2012.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.** São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, junho de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 Jun. 2020.

VENTURA, Deisy, F. L.; SEITENFUS, Ricardo, Antônio S. Um Diálogo entre Einstein e Freud: Por que a Guerra?. **Projeto Ciência Contra a Violência**. Santa Maria: FADISMA, 2005.